

a negação

Sigmund Freud

**COSACNAIFY**

TRADUÇÃO, INTRODUÇÃO E NOTAS /

**Marilene Carone**

TEXTOS /

**Vladimir Safatle, Newton da Costa e Andrés R. Raggio**



“Escrevi alguns ensaios breves, mas não coisa muito séria. Talvez lhe fale deles mais tarde, se me decidir a reconhecê-los. Você pode ter acesso a seus títulos: *A negação, Inibição e sintoma e Algumas consequências da diferença sexual anatômica*” – diz Freud a Abraham, numa carta de 21 de julho de 1925.<sup>[1]</sup> Não deixa de ser intrigante o desdém com que Freud fala de algumas de suas pequenas obras-primas, entre as quais as densas cinco páginas de *A negação*, até hoje fecundas e estimulantes para os estudiosos das mais diversas filiações pós-freudianas.<sup>[2]</sup>

Poderíamos entender essa desqualificação do próprio trabalho como expressão de um estado de ânimo depressivo, de um doente (o câncer eclodira em 1923) que escreve para outro doente (Abraham já estava gravemente atingido pela doença pulmonar que o levaria à morte cinco meses mais tarde). Mas o fato é que Freud, ao analisar o conjunto da sua obra, muitos anos depois, continuava a afirmar que, depois de *Para além do princípio do prazer* (1920) e de *O ego e o id* (1923), “não dei mais contribuições decisivas à psicanálise, e o que escrevi depois disso poderia ter sido emitido sem maiores prejuízos ou logo seria apresentado por outro”.<sup>[3]</sup>

Fica claro, portanto, que, a partir de 1923, Freud considera encerrado o trabalho decisivo de construção do edifício teórico da psicanálise; entre 1923 e 1925, publica uma série de pequenos ensaios que chamaríamos de trabalhos de acabamento, que visavam completar formulações anteriores, aplicá-las a questões novas, rever velhos enigmas. Não por acaso, são desse período os textos: *A organização genital infantil* (1923); *Neurose e psicose, Problema econômico do masoquismo, O*

*declínio do complexo de Édipo* (1924); *Nota sobre o bloco mágico*, *Complementação à interpretação dos sonhos*, *Algumas consequências psíquicas da diferença sexual anatômica* e *A negação* (1925).

O não reconhecimento inicial, por parte de Freud, da paternidade dos três trabalhos citados na carta a Abraham parece dever-se não tanto ao desconhecimento da sua importância, quanto ao impacto da descoberta de novos impasses e obstáculos teóricos a suplantar.

Em uma carta a Lou-Andreas Salomé, escrita na mesma época (10 / 05 / 1925), Freud confidencia: “Penso que descobri algo de importância fundamental para o nosso trabalho, que guardarei para mim por algum tempo. É uma descoberta de que eu realmente devia me envergonhar, pois deveria ter adivinhado essas ligações desde o começo e não só depois de trinta anos”.<sup>[4]</sup> Em *Inibição, sintoma e angústia* (citado na carta a Abraham como *Inibição e sintoma*), Freud retoma quase literalmente este parágrafo: “É quase vergonhoso que, depois de um trabalho tão longo, encontremos dificuldade na compreensão das relações mais fundamentais, mas nos propusemos nada simplificar e nada ocultar. Se não pudermos ver com clareza, vejamos pelo menos com precisão as obscuridades”.<sup>[5]</sup>

É em uma dessas tentativas de “ver com precisão as obscuridades” que nasce o texto *Verneinung*. Aparentemente simples, é, no entanto, um ensaio extremamente complexo, não linear, ousado e descontínuo do ponto de vista temático. Incorpora as grandes descobertas mais recentes de Freud (pulsão de morte e segunda tópica) e realiza um esforço de síntese metapsicológica, trazendo à baila questões como a origem do pensamento e as distinções subjetivo-objetivo, representação-percepção, interno-externo, real-não real.

Os lacanianos enfatizam nele a representação verbal (o

“não”) como o índice negativo que marca o reconhecimento do inconsciente, ou seja, o ego como o lugar do des-conhecimento; os psicanalistas do ego norte-americanos veem no artigo elementos para uma análise positiva da estrutura do ego – como o lugar da lógica, da organização temporal, do controle da ação pelo pensamento, do teste de realidade.

Como se vê, escolas psicanalíticas tão radicalmente opostas são capazes de se apropriar da *Verneinung* e de tornar seu um pensamento que ainda continua a requerer decifração.

Publicado na revista *Discurso*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 15, 1983, pp. 125-32.]

As notas de Sigmund Freud ao texto de *A negação* são indicadas por [N.A.]. As notas de James Strachey para a edição *Standard* inglesa (Londres: Hogarth Press, 1956-74) são indicadas por [N.T.I.] e as de Marilene Carone por [N.T.]. [N.E.]

---

1 Sigmund Freud & Karl Abraham, *Briefe: 1907-1926*. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1965, p. 362.

2 Contrariando uma certa corrente francesa, em particular a representada por Lacan e seguidores, não optamos por traduzir “*Verneinung*” por “denegação” – e muito menos por “negativa”, como quer a tradução brasileira (S. Freud, *Obras Completas*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 295). A impropriedade de “negativa” parece tão óbvia que mal merece discussão. “*Verneinung*” é o termo mais genérico possível para o ato de dizer não; a “negativa” aplica-se a um caso particular e específico desse mesmo sentido. Quanto à disputa entre

“denegação” e “negação”, haveria vários argumentos a ser levados em consideração. Em primeiro lugar, embora haja momentos no texto em que “denegação” poderia ser o termo mais adequado para traduzir “*Verneinung*” (quando o sentido é psicológico, de desmentido, de recusa de uma suposta afirmação), há outros momentos (quando o sentido é o da gramática ou da lógica) em que seria incorreto não chamar “*Verneinung*” de “negação”, pura e simplesmente. Para desdobrar a “*Verneinung*” em dois outros termos, teríamos que decidir, a cada momento em que ela comparece (sem garantias contra o erro e a arbitrariedade), qual o mais adequado. Há outros argumentos igualmente simples, a favor dessa escolha: “*Verneinung*” é o oposto de “*Bejahung*” (afirmação) – e isso desde sempre na língua alemã, não apenas em Freud. Seria, portanto, errado opor à “afirmação” a “denegação” em vez de “negação”. Além disso, na língua portuguesa o substantivo “negação” abrange perfeitamente as duas acepções, a lógico-gramatical e a psicológica. Por último, um argumento de fidelidade ao modo como Freud encarava as questões de terminologia em psicanálise. Em *Die Frage der Laienanalyse* [A questão da análise leiga], um texto de 1926, aliás contemporâneo do texto *Verneinung* (*Gesammelte Werke* [doravante *gw*], v. 14. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1948, p. 222), diz Freud: “... wir lieben es in der Psychoanalyse im Kontakt mit der populären Denkweise zu bleiben, und ziehen es vor, deren Begriffe wissenschaftlich brauchbar zu machen, anstatt sie zu verwerfen” [... na psicanálise gostamos de ficar em contato com o modo popular de pensar e preferimos tornar seus conceitos cientificamente úteis, ao invés de rejeitá-los]. Ora, “negar” e “negação” são termos correntes da fala cotidiana, ao passo que “denegar” e “denegação” são termos intelectualizados, sofisticados, distantes do nosso “modo popular de pensar”.

3 S. Freud, *gw*, v. 16. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1950, p. 32.

4 S. Freud & Lou-Andreas Salomé, *Correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 203.

5 S. Freud, *gw*, v.16, op. cit., p. 155.





Como os nossos pacientes apresentam as ideias que lhes ocorrem<sup>[1]</sup> durante o trabalho analítico nos dá a oportunidade de fazer algumas observações interessantes. “Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo ofensivo, mas realmente não tenho essa intenção.” Entendemos que isso é uma rejeição,<sup>[2]</sup> por projeção, de uma ideia emergente naquele momento. Ou então: “O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Minha mãe não é”. E nós retificamos: logo, é a mãe. Na interpretação tomamos a liberdade de desconsiderar a negação, extraíndo o puro conteúdo da ideia. É como se o paciente tivesse dito: “Na verdade foi minha mãe que me ocorreu com relação a essa pessoa, mas não tenho a menor vontade de admitir essa ideia”.<sup>[3]</sup>

Às vezes pode-se conseguir a explicação buscada sobre o reprimido<sup>[4]</sup> inconsciente de um modo muito cômodo. Pergunta-se: “O que o senhor considera mais improvável nessa situação? Em sua opinião, o que estava mais distante do seu espírito naquele momento?”. Se o paciente cai na armadilha e nomeia aquilo em que ele menos pode acreditar, ao fazê-lo ele quase sempre confessa a verdade. Uma bela contrapartida dessa experiência frequentemente acontece com o neurótico obsessivo que já foi iniciado na compreensão de seus sintomas. “Tive uma nova ideia<sup>[5]</sup> obsessiva e logo me ocorreu que poderia significar uma determinada coisa. Mas não, não pode ser verdade, senão não poderia ter me ocorrido.” O que ele rejeita com esse fundamento, aprendido de ouvido no tratamento, é, naturalmente, o sentido correto da nova ideia obsessiva.

Desse modo, o conteúdo da representação ou do pensamento reprimido pode abrir caminho até a consciência, com a condição de ser negado.<sup>[6]</sup> A negação é um modo de tomar conhecimento do reprimido; na verdade já é um levantamento<sup>[7]</sup> da repressão, mas

naturalmente não a aceitação do reprimido. Aqui se pode ver como a função intelectual se dissocia do processo afetivo. Com o auxílio da negação, só se revoga uma das consequências do processo de repressão, ou seja, o fato de que o conteúdo da representação não tem acesso à consciência. Daí resulta uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, mantendo-se a repressão quanto ao essencial.<sup>[8]</sup> Ao longo do trabalho analítico, frequentemente chegamos a produzir nessa mesma situação uma outra mudança, muito importante e um tanto estranha. Conseguimos vencer também a negação e estabelecer a plena aceitação intelectual do reprimido, mas nem com isso o processo da repressão é levantado.

Como é tarefa da função intelectual do juízo afirmar ou negar conteúdos de pensamento, as observações precedentes nos conduziram à origem psicológica dessa função. Negar algo no juízo no fundo significa: isto é uma coisa que eu preferiria reprimir. A condenação<sup>[9]</sup> é o substituto intelectual da repressão,<sup>[10]</sup> e o “não” é seu sinal característico, um certificado de origem, algo como “*made in Germany*”.<sup>[11]</sup> Por meio do símbolo da negação, o pensamento se liberta das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para o seu desempenho.

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade.<sup>[12]</sup> A qualidade a ser decidida poderia originariamente ter sido boa ou má, útil ou nociva. Expresso na linguagem das mais antigas moções pulsionais<sup>[13]</sup> orais: isto eu quero comer ou quero cuspir – e numa transposição mais à frente: isto eu quero introduzir em mim e isto eu quero excluir de mim; portanto: isto deve ficar dentro ou fora de mim. Como demonstrei em outro lugar, o ego-de-prazer<sup>[14]</sup> originário quer introjetar em si todo o bom e pôr para fora todo o mau. O mau, aquilo que é estranho ao ego e que se encontra fora, é inicialmente idêntico a ele.<sup>[15]</sup>

A outra decisão a ser tomada pela função do juízo, sobre a existência real de uma coisa representada (prova de realidade), é tarefa do ego-de-realidade<sup>[16]</sup> final, que se desenvolve a partir do ego-de-prazer inicial. Agora não se trata mais da questão de saber se algo percebido (uma coisa) deve ou não ser acolhido no ego, mas se algo presente no ego como representação pode também ser reencontrado na percepção (realidade). Como se vê, é de novo uma questão de *externo* e *interno*. O não real, meramente representado, subjetivo, é apenas interno; o outro, o real, está presente também no *exterior*. Nessa evolução, a consideração pelo princípio do prazer foi posta de lado. A experiência ensinou que não só é importante que uma coisa (objeto de satisfação) possua a “boa” qualidade e, portanto, mereça acolhida no ego, mas também que ela esteja no mundo externo de um modo tal que seja possível apossar-se dela em caso de necessidade. Para compreender esse progresso é preciso lembrar que todas as representações provêm de percepções, são repetições desta. Assim sendo, originariamente a existência da representação já é uma garantia de realidade do representado. A oposição entre subjetivo e objetivo não existe desde o início. Ela só se estabelece pelo fato de que o pensamento tem a capacidade de voltar a tornar presente uma coisa já percebida, graças à reprodução na representação, sem que o objeto exterior precise mais existir. O primeiro e mais imediato objetivo da prova de realidade não é, portanto, o de encontrar na percepção real um objeto correspondente ao representado, mas, sim, o de *reencontrá-lo*, de se convencer de que ele ainda existe.<sup>[17]</sup> Uma contribuição ulterior ao distanciamento<sup>[18]</sup> entre subjetivo e objetivo provém de uma outra faculdade da capacidade de pensar. A reprodução da percepção na representação nem sempre é sua fiel repetição; ela pode ser modificada por omissões, alterada por fusão de diversos elementos. A prova de realidade precisa, então, controlar até onde vão essas deformações. Mas se reconhece como condição para a instalação da

prova de realidade que tenham sido perdidos os objetos que um dia proporcionaram uma real satisfação.

O julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora, põe fim ao adiamento pelo pensamento e faz a passagem do pensar para o agir. Em outro lugar, também já tratei da questão do adiamento pelo pensamento.<sup>[19]</sup> Ele deve ser considerado como uma ação experimental, um tatear motor com um mínimo dispêndio de descarga. Consideremos agora o seguinte: onde o ego teria exercitado antes esse tatear, em que lugar aprendeu essa técnica agora empregada nos processos de pensamento? Isso aconteceu na extremidade sensorial do aparelho psíquico, nas percepções sensoriais. Segundo nossa hipótese, a percepção não é de modo algum um processo puramente passivo, mas o ego envia periodicamente pequenas quantidades de investimento para o sistema de percepção, por meio das quais ele experimenta<sup>[20]</sup> os estímulos externos, recolhendo-se novamente após cada um desses avanços tateantes.<sup>[21]</sup>

O estudo do juízo nos abre, talvez pela primeira vez, a compreensão da origem de uma função intelectual, a partir do jogo das moções pulsionais primárias. O julgar é o prosseguimento coerente<sup>[22]</sup> daquilo que originariamente é realizado pelo princípio do prazer: a inclusão no ego ou a expulsão para fora dele. Sua polaridade parece corresponder à oposição existente entre os dois grupos de pulsões supostos por nós. A afirmação como substituto da união pertence a Eros; a negação, sucessora da expulsão, à pulsão de destruição. O prazer de negar em geral, o negativismo de muitos psicóticos, deve ser provavelmente entendido como sinal de defusão<sup>[23]</sup> pulsional, com a retração dos componentes libidinais.<sup>[24]</sup> Mas o desempenho da função do juízo só se torna possível pelo fato de que a criação do símbolo da negação permite ao pensamento um primeiro grau de independência das consequências da repressão e com isso também da coação do princípio do prazer.

Essa concepção da negação se ajusta muito bem ao fato de que, na análise, não se descobre um “não”, vindo do inconsciente, e que o reconhecimento do inconsciente por parte do ego se expressa numa fórmula negativa. Não há prova mais forte de que conseguimos descobrir o inconsciente do que quando o analisando reage com a frase: “Isso eu não tinha pensado”, ou “Nisso eu não tinha pensado (nunca)”.<sup>[25]</sup>

---

1 / Traduzimos “*Einfall*”, sempre que possível, por “ideia que ocorre”, seu sentido mais correto, embora seja válido falar também em “associação” (“*Assoziation*”). Numa discriminação mais precisa, “*Einfall*” significaria a ideia que ocorre à mente num momento dado, e “associação”, essa mesma ideia considerada como elemento do contexto (associativo) em que ela surge. [N. T.]

2 / “Rejeição”, aqui, se refere a “*Abweisung*”, no sentido mais comum do termo, e não a “*Verwerfung*”, relativo a um mecanismo de defesa específico, comumente traduzido por “rejeição”, “repúdio” ou “forclusão”. [N. T.]

3 / Entre outros lugares, Freud chamara atenção para isso na análise de *O homem dos ratos* [*Observações sobre um caso de neurose obsessiva*] (1909d), *Standard Ed.*, v. 10, p. 183 n. [N. T. I.]

4 / Estamos cientes de estar contrariando mais uma vez uma certa corrente da terminologia psicanalítica ao traduzir “*Verdrängung*” e “*verdrängt*” por “repressão” e “reprimido”, respectivamente, e não por “recalque” e “recalcado”. A decisão é séria, pois envolve uma das pedras angulares da teoria psicanalítica, e requer justificação. A tradução inglesa de James Strachey (*Standard Ed.*) tem sido criticada por uma série de imprecisões e incorreções terminológicas, dentre as quais a tradução de “*Trieb*” por “*instinct*” e “*Verdrängung*” por “*repression*”. De fato, é um erro traduzir “*Trieb*” por “*instinct*”, pois Freud dispunha do termo “*Instinkt*” e dele fez um uso muito preciso. Nas línguas latinas não há um

equivalente de “*Trieb*” (“impulso” não serviria, pois Freud também usa “*Impuls*”, em sentido específico) e por isso foi preciso inventá-lo: daí a razoabilidade do termo “pulsão” e do adjetivo “pulsional” que lhe corresponde. Com “*Verdrängung*” a questão é diferente. Laplanche e Pontalis, no *Vocabulário da psicanálise* (Lisboa: Moraes Editores, 1971), justificam a escolha de “*refoulement*” como o equivalente francês de “*Verdrängung*” com um argumento muito claro: “*refoulement*” é um termo consagrado na língua e na literatura francesas, muito mais corrente do que “*répression*”. É possível que uma razão da mesma natureza esteja na base da escolha de Strachey para o caso inglês. O que aconteceu no Brasil foi uma importação da problemática francesa, desconsiderando o uso dos termos na nossa língua. Entre nós se passa justamente o contrário do que acontece na França: o termo corrente, utilizado não apenas no jargão psicanalítico, mas também presente na forma comum de pensar (que, aliás, também inclui a acepção sociopolítica), é justamente “repressão”. Fala-se “repressão” por toda parte, na literatura, na filosofia, nos meios de comunicação – e para muitos custa um certo esforço trocar um termo tão legitimado na língua por “recalcamento”, “recalque”, “recalcar” e “recalcado”. É verdade que “recalcar”, além dos dois sentidos mais comuns que o dicionário indica (repisar, insistir), também significa refrear, conter. Mas “reprimir” começa por ter estes significados: coibir, represar, ocultar, refrear, conter. A etimologia às vezes nos leva a caminhos um tanto equivocados, pois, afinal, a última palavra é dada pelo uso, mas neste caso ela pelo menos não contraria a direção da nossa escolha: “*Verdrängung*” se ajusta perfeitamente bem a “re-pressão”, pois o que sobressai como fundamental é o conceito de *Drang* (ímpeto, furor, pressão). Por último, lembramos mais uma vez a posição de Freud sobre essas questões, num texto de 1919, *Wege der psychoanalytischen Therapie* [Caminhos da terapia psicanalítica]: “*Aber ein Name ist nur eine Etikette, zur Unterscheidung von anderem, ähnlichem, angebracht, kein Programm, keine Inhaltsangabe oder Definition. Und ein Vergleich braucht das Verglichene nur an einem Punkte zu tangieren und kann sich in allen anderem weit von ihm entfernen. Das Psychische ist etwas so einzig besonderes, daß kein Vergleich seine Natur wiedergeben kann*” [Mas um nome é apenas um rótulo, que se aplica para distinguir de outros semelhantes a ele, não é um

programa, nem uma indicação de conteúdo ou definição. E uma comparação só precisa tangenciar a coisa comparada em um ponto, podendo em todos os demais se afastar bastante dela. O psíquico é algo tão unicamente particular que nenhuma comparação isolada pode reproduzir sua natureza.] (gw, v. 12, p. 185). [N. T.]

5 / “*Zwangsvorstellung*”, mais rigorosamente, “representação obsessiva”. Preferimos “ideia obsessiva” por ser mais coloquial. Os pacientes (mesmo os obsessivos) não costumam dizer que têm representações, mas sim ideias. [N. T.]

6 / O alemão “*verneinen*” é traduzido aqui como “negar” [*to negate*] em vez do mais usual “negar” [*to deny*] no intuito de evitar a confusão com o alemão “*verleugnen*” que, no passado, também foi traduzido por “*to deny*”. Na presente edição *Standard*, “rejeitar” [*to disavow*] foi geralmente usado para esta última palavra alemã. Ver a nota de rodapé a respeito em “A organização genital infantil” (1923e), *Standard Ed.*, v. 19, p. 143. [N.T.I.]

7 / “*Aufhebung*” significa levantamento, superação, suspensão, cancelamento, revogação. Optamos por “levantamento” por já ser consagrada a expressão “levantamento da repressão”. A questão de saber se aqui se trata ou não da mesma acepção de “*Aufhebung*” hegeliana é matéria controversa. [N.T.]

8 / O mesmo processo está na base do conhecido fenômeno da “invocação”. “Que bom que eu não tenho dor de cabeça há tanto tempo!” Esse é, no entanto, o primeiro prenúncio de um acesso, cuja aproximação já se está sentindo, mas no qual não se quer acreditar. [N. A.]

A atenção de Freud foi dirigida pela primeira vez para essa explicação por uma de suas primeiras pacientes, a senhora Cäcilie M. Cf. sobre o assunto a longa nota de rodapé no primeiro dos estudos de caso relatados por Freud em *Estudos sobre a histeria* (1895d), *Standard Ed.*, v. 2, p. 76. [N. T. I.]

9 / “*Verurteilung*” – o mesmo termo usado para “condenação”, no sentido jurídico; é evidente que aqui se trata de um *juízo negativo* sobre um determinado conteúdo de representação. [N. T.]

10 / A primeira afirmação dessa ideia em Freud parece ter ocorrido em seu livro sobre os chistes (1905c), *Standard Ed.*, v. 8, p. 175. Ela reaparece em *Formulações*



sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (1911b), *Standard Ed.*, v. 12, p. 221, e no trabalho de metapsicologia sobre “O inconsciente” (1915e), *Standard Ed.*, v. 14, p. 186. [N.T.I.]

11 / Em inglês no original.[N.T.]

12 / Explicado em *Standard Ed.*, v. 19, p. 237. [N.T.I.]

13 / “*Triebregungen*” – adotamos também aqui a tradução proposta por Laplanche: moção pulsional. Cf. nota 4 sobre o termo “*Trieb*”. [N.T.]

14 / “*Lust-Ich*” e “*Real-Ich*”: “ego-de-prazer” e “ego-de-realidade”, respectivamente. Discordamos dos que propõem “eu”, “isso” e “super-eu” para “*Ich*”, “*Es*” e “*Über-Ich*”, por serem artificiais em português. As formas “ego”, “id” e “superego”, embora sejam latinismos, já fazem parte do vocabulário cultural corrente. [N.T.]

15 / Ver a esse respeito as observações feitas em *Pulsões e seus destinos* (gw, v. 10, p. 209). [N.A.]

Freud tratou novamente dessa questão em *O mal-estar na civilização* (1930a). [N. T. I.]

16 / Cf. nota 14.

17 / Boa parte desse assunto está prefigurada em *A interpretação dos sonhos* (1900a), *Standard Ed.*, v. 5, pp. 565-67, e, mais particularmente, no *Projeto* de 1895 (Freud, 1950a; seção 16 da parte 1). Aqui, o “objeto” a ser reencontrado é o seio materno. Cf., também, uma passagem que se encontra em um contexto semelhante na seção 5 dos *Três ensaios* (1905d), *Standard Ed.*, v. 7, p. 222. “O encontro de um objeto é, na verdade, um reencontro dele.” [N.T.I.]

18 / “*Entfremdung*” – literalmente significa estranhamento, ato pelo qual uma coisa se torna estranha, “alienada”, em relação a outra. [N.T.]

19 / Ver *O ego e o id* (1923b), *Standard Ed.*, v. 19, p. 55. Mas Freud insistiu nesse ponto repetidamente, a começar com o *Projeto* de 1895 (no final da seção 17 da parte 1). Uma lista de referências será encontrada na conferência 32 das *Novas conferências introdutórias* (1933a). Além disso, todo o tópico do juízo é discutido a fundo, e quase nos mesmos termos que aqui, nas seções 16, 17 e 18 da parte 1 do *Projeto*. [N.T.I.]

20 / “*Verkostet*”: Freud emprega, aqui, o verbo “*verkosten*” (provar, experimentar) que, não por acaso, inclui o verbo “*kosten*” (degustar, experimentar o sabor).

[N.T.]

21 / Ver *Além do princípio do prazer* (1920g), *Standard Ed.*, v. 18, p. 28, e *Nota sobre o “Bloco mágico”* (1925a), *Standard Ed.*, v. 19, p. 231. Pode-se observar que na passagem anterior Freud sugere que o inconsciente, e não o ego, “estende sensores, por intermédio do sistema Pcpt.-Cs, em direção ao mundo exterior”.

[N.T.I.]

22 / “*Zweckmässig*” – significa coerente, no sentido de algo que se adapta a uma finalidade, que está de acordo com um objetivo (“*Zweck*” = fim, objetivo).[N.T.]

23 / “*Entmischung*” é o contrário de “*Mischung*” (mistura, fusão, intrincamento). Em vez de “defusão”, encontramos às vezes a expressão “desintrincamento”, igualmente correta.[N.T.]

24 / Ver observação no capítulo 6 do livro sobre os chistes (1905c), *Standard Ed.*, v. 8, p. 175, nota 2. [N.T.I.]

25 / Usando quase as mesmas palavras, Freud demonstrou isso em uma nota de rodapé, acrescentada em 1923, do “caso Dora” (1905e), *Standard Ed.*, v. 7, p. 57.

Voltou mais uma vez ao ponto muito posteriormente em seu artigo sobre “Construções em análise” (1937d). [N.T.I.]



*Fala –*

*Mas não separa o não do sim,*

*Dá ao teu falar também o sentido:*

*Dá-lhe a sombra.*

PAUL CELAN

**AQUELE QUE DIZ “NÃO”:**

Este pequeno texto de Freud, escrito em 1925, transformou-se, graças principalmente às leituras de Jacques Lacan e Jean Hyppolite, em um dos artigos fundamentais da teoria psicanalítica.<sup>[1]</sup> Sua concisão pode esconder sua real densidade. No entanto, aqui encontramos o ponto no qual a técnica psicanalítica de interpretação se articula às reflexões a respeito da “origem psicológica do julgamento” e da teoria freudiana do aparelho psíquico. Fica claro como, na experiência psicanalítica freudiana, a prática não é apenas meio para fundar uma clínica, mas também caminho para encontrar as estruturas que caracterizariam a psique humana.

Que tal articulação entre prática e teoria seja patrocinada pelo problema do estatuto das negações na fala que o paciente endereça a seu analista, eis algo que não deve nos surpreender. O aparelho psíquico é, segundo Freud, organizado a partir do agenciamento de conflitos. Longe de ser uma instância unitária de representações que se cindiria apenas em situações patológicas, a psique está em contínuo conflito entre instâncias que obedecem a processos de pensamento e a modos de circulação do desejo, irreduzíveis entre si. Isso significa, entre outras coisas, que não há uma linguagem comum capaz de descrever tudo o que é da ordem da atividade de um sujeito. Não por outra razão, Freud nos mostrou como o sujeito é algo que não pode ser descrito apenas apelando a um pronome pessoal, como “Eu”. Ele é, na verdade, algo que está sempre entre dois pronomes, entre a pessoalidade do “Eu” e a impessoalidade do “Isso”. Entre “O Eu e o Isso”.

Sendo assim, para um sujeito que se despiu da crença de

poder descrever a si mesmo como se estivesse diante de uma instância unitária, a compreensão dos modos de relação que negações podem tecer aparece como uma estratégia importante. Ela permite entender como podemos operar sínteses entre conteúdos mentais sem, necessariamente, definir tais sínteses como um processo englobante de transcrição de conteúdos inconscientes em representações conscientes. Há uma forma peculiar de reconhecimento (*Annerkennung*) intrapsíquico na qual “o reconhecimento do inconsciente por parte do Eu se expressa em uma fórmula negativa”. Por isso, o problema apresentado pelo texto de Freud não é apenas um problema ligado a técnicas de interpretação analítica, mas à maneira como o sujeito se serve de negações para produzir relações de síntese, acedendo a uma linguagem mais apta a dar conta de seus conflitos.

Nesse sentido, tal problema deverá necessariamente implicar uma problematização na maneira como resistências são analisadas. Se é verdade que há certas negações que são, principalmente, modos de produção de relações possíveis de síntese, então algo delas deve ser conservado pela intervenção do analista.<sup>[2]</sup> Há que se saber que nem tudo se diz sob a forma de determinações positivas, e isso vale também para os modelos de intervenção analítica. No fundo, esse é um dos eixos fundamentais da leitura proposta por Jacques Lacan, então em conflito com os princípios funcionais das práticas terapêuticas ligadas à antiga psicologia do ego. Ou seja, há uma reflexão importante sobre os modelos de análise de resistências induzida pelo texto freudiano, como gostaria de mostrar ao final.

## **A hipótese sublimadora**

Para entender melhor este problema, examinemos o começo do texto. Nele, Freud sugere estarmos atentos à maneira como certas resistências aparecem no interior de situações clínicas. Elas têm normalmente a forma de uma recusa dirigida ao analista: “Você acredita que direi algo de ofensivo, mas não é o caso”, “Você acredita que essa mulher em meu sonho é minha mãe, mas não é verdade”.

Não se trata aqui de toda e qualquer negação, mas principalmente daquela que parece implicar a posição do analista na fala do paciente ou, se quisermos, daquela negação feita por um paciente cuja fala se deixa abrir às oposições pressupostas pela posição do analista. Nesse sentido, lembremos que há uma rica gramática de negações no pensamento freudiano e ela deve ser conjugada em suas especificidades. A negação presente na constituição do fetiche (*Verleugnung*), por exemplo, não é idêntica àquela que encontramos quando Freud descreve a constituição de certas alucinações, como no famoso caso da alucinação do dedo pretensamente cortado do Homem dos lobos (*Verwerfung*). Por sua vez, essas duas não são da mesma natureza da negação que Freud aqui descreve. Tais negações têm destinos diferentes e exigem modos distintos de elaboração.

Segundo uma perspectiva clínica de matriz lacaniana, a hegemonia de cada uma dessas negações define modalidades distintas de estruturas patológicas. Podemos dizer que a *Verleugnung* é hegemônica nas estruturas perversas, a *Verwerfung* nas psicóticas e a *Verneinung* nas neuróticas. Devemos ainda falar em “hegemonia” porque cada uma delas aparece em todas as estruturas, mas sempre há uma forma de negação que constitui o modelo geral de agenciamento de conflitos psíquicos dentro de uma estrutura.

Sobre tal negação própria à *Verneinung*, é bem provável,



pensa Freud, que seu caráter peremptório seja a maneira como o conteúdo recalcado passa no seu oposto, realizando-se como uma afirmação. No entanto, tal passagem no oposto não significa a plena aceitação do recalcado. Como dirá Freud:

A negação é uma maneira de tomar consciência do recalcado; ela já é propriamente uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque, mas certamente não se trata de uma aceitação (*Annahme*) do recalcado.

Insistamos neste ponto: uma suspensão intelectual do recalque que não é uma aceitação afetiva do recalcado. Um dos problemas centrais do texto consiste em compreender o que isso pode, afinal, significar. Uma das interpretações mais conhecidas consiste em dizer que, nesse caso, estaríamos diante de um processo de simbolização através do qual o conteúdo imediato é suspenso em prol de sua “sublimação” simbólica. Tal leitura, patrocinada sobretudo por Jean Hyppolite, gira em torno da exploração da presença do termo *Aufhebung* no texto freudiano. Hyppolite insiste na proximidade possível entre a negação freudiana e a sua maneira de compreender a negatividade própria ao processo hegeliano de constituição da consciência de si. Um pouco como se o aparelho psíquico clivado de Freud fosse uma figura possível do sujeito hegeliano que constitui sua identidade através de “negações autorreferentes”.

Note-se que essa questão não é apenas um passatempo historiográfico. Ela traz consequências importantes para a compreensão dos modelos de ação do sujeito psicanalítico, pois interfere na maneira como entendemos o que sujeitos procuram fazer quando se servem da negação para, de uma maneira muito peculiar, falar de si para um outro em quem

supõem um certo saber. Assumir a proximidade entre Freud e Hegel, ao menos tal como ela é sugerida por Hyppolite, equivale a admitir estarmos diante de uma “negatividade sem restos”, pois pronta a ser completamente inscrita no interior de um processo sublimatório.

Com tal questão de fundo em vista, Jean Hyppolite comentará o texto de Freud, em uma sessão dos seminários de Jacques Lacan. A base de sua leitura consistia em afirmar que tal *Aufhebung* produzida pela *Verneinung* freudiana era a maneira do sujeito “apresentar seu ser sob o modo do não ser”.<sup>[3]</sup> Ou seja, nessa forma de o sujeito utilizar a negação, tal como descrita por Freud, encontraríamos um modo de apresentação do ser que equivaleria a uma “atitude fundamental de simbolicidade explicitada”.<sup>[4]</sup> Essa é uma maneira de dizer que, ao negar algo que, no fundo, é o nome de seu próprio desejo, o sujeito estaria, na verdade, tentando inscrever simbolicamente aquilo que ele só pode reconhecer ao separar a aceitação intelectual da aceitação afetiva.

Isso significa que dizer, no interior de uma situação analítica, “essa mulher que aparece em meu sonho não é minha mãe” seria uma maneira não apenas de negar, mas também de aceitar, pois estabelece uma relação de oposição entre “essa mulher” e “minha mãe” que permite ao segundo termo aparecer à consciência, mesmo que cortado de sua aceitação afetiva. Daí por que Freud afirmaria:

Por meio do símbolo da negação, o pensamento se libera das limitações do recalque e se enriquece de conteúdos os quais ele não pode recusar para suas atividades.

Pois a partir do momento em que a consciência permite à “minha mãe” aparecer sob a forma de uma negação, “essa

mulher” não será mais a mesma. Ela será cada vez mais acompanhada de seu oposto, até corroer as resistências de sua aceitação pela consciência ou até obrigar o sujeito a mobilizar negações cada vez mais fortes para que tal passagem no oposto não ocorra. Nesse sentido, a ação do analista não seria outra coisa que *a explicitação do que está implícito*, a posição do que está pressuposto.

Essa ação do analista não poderia ser confundida, no entanto, com alguma forma insidiosa de “sugestão”, como à sua maneira acreditavam críticos da psicanálise como Karl Popper.<sup>[5]</sup> Popper crê criticar um modelo de interpretação no qual tanto a afirmação quanto a negação do paciente servirão como verificação para os modelos explanatórios pressupostos pelo analista, já que a negação seria simplesmente compreendida como resistência à correção da interpretação proposta. Aceitando ou recusando a interpretação apresentada pelo analista, este sempre teria razão. Nesse sentido, a psicanálise freudiana não forneceria critério algum para sua própria refutação; ela não poderia ser testável, o que demonstraria claramente seu caráter pseudocientífico. Daí a ideia de que: “A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício”.<sup>[6]</sup>

Na verdade, a crítica rasteira de Popper não faz jus ao cuidado de Freud. Há, sim, um princípio de refutação da interpretação analítica e ele se encontra em sua força pragmática, o que fica claro em um texto como *Construções em análise*. A adequação de uma interpretação se mede pela sua capacidade em produzir novas associações e permitir o desenvolvimento do tratamento. Uma interpretação que nada produz (e elas ocorrem com frequência) é equivocada, não necessariamente por ser falsa no sentido realista do termo, mas por ser irrelevante, ou seja, errada no sentido pragmático. Pois

o critério fundamental de uma interpretação não é exatamente sua veracidade, mas sua relevância em relação ao desenvolvimento do tratamento.

No entanto, como Freud está a pensar em mais do que problemas pontuais de interpretação analítica, faz-se necessário insistir na maneira como o tratamento se desenvolve a partir da assunção de negações. Pois é através da assunção de negação que sujeitos procuram dar conta da natureza conflitual de seus desejos. Nesse sentido, o problema a respeito da proximidade possível entre *Verneinung* e *Aufhebung* pelas vias da noção de sublimação ganha uma importância central, pois define o destino de tais conflitos no interior da linguagem do paciente.

Em outro texto, eu insistira que tal aproximação era inadequada.<sup>[7]</sup> Resumindo o argumento de então, seria possível dizer que a operação lógica pressuposta pela *Verneinung* se assemelha a uma inversão, *uma passagem no contrário que resulta da posição plena de um termo*. Assim, por exemplo, a negação da mãe é dissolvida na afirmação da presença da representação da mãe no pensamento do analisando. A negação do impulso agressivo contra o analista é invertida em afirmação do desejo de agressão. Nesse sentido, a *Verneinung* está mais próxima de uma lógica da contrariedade do que de uma lógica dialética da contradição, cuja dinâmica suporta a *Aufhebung*. O esquema lógico da *Verneinung* parece ser o resultado da posição dessa negação que Aristóteles chamava de “contrariedade”<sup>[8]</sup> e que Hegel retoma de maneira dialética através das considerações sobre a oposição (*Gegensatz*). Ela indica a solidariedade existente entre dois termos contrários: o Um e o múltiplo, o ser e o nada. O Um é inicialmente *negação* do múltiplo, o ser é inicialmente *negação* do nada.<sup>[9]</sup> Isso nos mostra que uma determinação só pode ser posta através da oposição, ou seja, ela deve aceitar a

realidade de seu oposto. Quando nega de maneira peremptória a representação, o sujeito é levado a afirmar seu oposto. Nesse sentido, se há uma figura dialética próxima das passagens ao contrário da *Verneinung*, é a *Umschlagen* que Hegel distingue claramente da *Aufhebung*.

Mas, em Freud, há o que não deixa se inscrever no interior dessa relação de inversões entre opostos, e isso exige um modo diferenciado de elaboração. Há aquilo que não passa completamente em seu oposto e que, por isso, torna instáveis as inversões próprias à *Verneinung*. Em suma, a última palavra do analista nunca pode ser a mera posição de quem explicita o oposto, ou seja, de quem mostra o desejo de agressão por trás da negação do desejo de agressão, de quem mostra a mãe por trás dessa mulher. A posição do analista é muito mais aquela de quem pergunta: por que a síntese com esse afeto ou representação precisou encontrar uma forma negativa?

Para compreender melhor esse ponto e suas consequências clínicas, sigamos mais uma vez o texto freudiano.

## **Julgar e desejar**

O texto de Freud é claramente dividido em duas partes, sendo que a segunda trata daquilo que ele chama de “as origens psicológicas das funções de julgamento”. Tal desenvolvimento do texto mostra, entre outras coisas, como Freud não admite distinções entre o sujeito psicológico e o sujeito do conhecimento. Conhecimento e interesse são atividades que se sobrepõem, o que o leva a procurar compreender como as funções do julgamento podem ser estruturadas a partir das dinâmicas pulsionais. E, se há uma similaridade entre o pulsional e as estruturas do julgamento, é porque o psicológico constitui o lógico. Pensamos da mesma maneira como

procuramos nos satisfazer diante do mundo.

Através da compreensão pulsional do julgamento, Freud permite distinguir duas formas de negação, o que torna mais complexo o problema de como lidar com as negações na clínica. Sua reflexão parte da dualidade entre julgamentos de atribuição, nos quais decido se uma propriedade pertence ou não a um sujeito, e julgamentos de existência, nos quais decido se algo existe ou não na realidade. Cada um desses julgamentos apresenta uma forma de negação.

Há, por sua vez, uma explicação sobre a gênese do Eu a partir da constituição de modos de julgamento. Nessa explicação, os julgamentos de atribuição situam-se em posição originária, ou seja, eles têm prevalência, estabelecendo previamente o campo no interior do qual todos os julgamentos de existência poderão aparecer. Tal prevalência traz consequências para a noção de “realidade” presente nos julgamentos de existência.

A respeito dos julgamentos de atribuição, Freud afirmará que, quando o Eu é o sujeito da proposição, trata-se de decidir, a partir de critérios sobre bom e ruim, sobre útil e nocivo, se algo aparece ou não como sua propriedade. É propriedade do Eu tudo o que lhe aparece como bom. É rejeitado para fora tudo o que lhe aparece como ruim. Freud falará, em outra ocasião, das “frequentes, múltiplas e inevitáveis sensações de dor e de desprazer que o princípio do prazer, dominando sem limites, exige suprimir e evitar [*aufheben und vermeiden*]”. Nesse sentido, “negar algo no julgamento quer dizer, no fundo, eis algo que prefiro recalcar”. Ou seja, essa rejeição para o exterior é uma primeira forma de negação, descrita por Freud não ainda como *Verneinung*, mas como *expulsão para fora de si* [*Ausstossung aus dem Ich*] capaz de pressupor a separação radical entre o Eu e um Real que aparece como traumático.

Aceitar a prevalência de tal separação originária implica admitir não haver inicialmente oposições epistêmicas entre objetivo e subjetivo, pois elas seriam produzidas a partir de considerações ligadas à maximização do prazer e ao afastamento do desprazer, ou seja, à lógica própria ao que Freud chama de “princípio do prazer”. Apoiando-se na procura do prazer, o primeiro princípio para a realização de exigências de autoconservação, o Eu – então na posição de Eu-prazer originário [*ursprüngliche Lust-Ich*] – procura se diferenciar pela primeira vez do desprazer do mundo exterior e das moções pulsionais do Isso, determinando assim um princípio de autoidentidade e de estabilidade. Esse exterior é, no entanto, algo marcado com o selo do que foi expulso. Ou seja, dele, o Eu nada quer saber.

No entanto, podemos dizer que se há algo que a psicanálise nos ensinou é que nada se expulsa por completo. Isso do qual o Eu precisou se separar, precisou negar para sustentar sua autoconservação, sempre retorna. O reconhecimento d’Isso que o Eu inicialmente negou para poder se afirmar como instância autoidêntica, ou seja, o reconhecimento dessa exterioridade radicalmente heterogênea, é um problema central. Como bem lembrará Monique David-Ménard: “O que Freud chama, ao final de seu texto, o ‘negativismo de tantos psicóticos’ é essa conduta de aparência linguística incapaz de inventar o compromisso com o ‘mal’; o que, ao contrário, a negação é capaz de fazer”.<sup>[10]</sup> Quando não é possível inventar tal compromisso com o que foi excluído, ele retorna sob a forma de delírios, alucinações ou, se seguirmos Lacan, de *acting out*. Quando é possível, então a negação abre as portas para uma modalidade renovada de reconhecimento.

Mas, para compreender a extensão de tal problema, continuemos a descrição da estrutura dos julgamentos,

segundo Freud. É no interior do campo delimitado por tal expulsão para fora de si do que vai contra as exigências do princípio do prazer que os julgamentos de existência podem aparecer. Ou seja, a realidade, para Freud, é o que se constrói após a recusa do que estará expulso do Eu e de seu sistema de saber. A “realidade” só aparece depois que expulso algo sobre o qual nada quero saber. Isso permite a Freud rerepresentar sua ideia da percepção como uma espécie de reencontro do objeto. Se os julgamentos de existências são aqueles nos quais decido se algo existe ou não na realidade, então Freud deve completar lembrando que tal decisão é motivada pela tentativa de repetir experiências de satisfação. Procuro decidir o estatuto de realidade de uma representação mental porque sua realidade é, para mim, fonte de satisfação.

Freud insistira em vários momentos que percepções são guiadas pela tentativa de adequar representações constituídas a partir de traços mnésicos vindos de experiências primeiras de satisfação a objetos que se demonstraram capazes de passar por uma “prova de realidade”. Tal prova de realidade não pode ser compreendida, no entanto, como uma descrição positiva de estados de coisas dotados de acessibilidade epistêmica e autonomia metafísica. A realidade [*Wirklichkeit*] à qual Freud alude quando fala do “princípio de realidade” e da “prova de realidade” não tem relações com um princípio realista de descrição de estados de coisas.

Tomemos, por exemplo, a “prova de realidade”. Na verdade, ela é uma prova pragmática resultante das experiências de decepção em relação à tentativa de se satisfazer através da simples repetição alucinatória das representações. Por perceber que a alucinação do objeto desejado não produz a satisfação procurada, o sujeito constitui aos poucos uma espécie de prova que o leva a diferenciar objeto alucinado e



objeto percebido. Mas note-se que tal diferenciação não é epistêmica; ela é meramente pragmática e ligada às exigências de satisfação do desejo. Ou seja, estamos diante de uma prova de realidade que, na verdade, foi moldada pelo princípio do prazer, foi construída como uma astúcia para realizar de maneira mais eficaz o princípio do prazer. Não há aqui relação alguma de contraposição.

Todo o problema da negação [*Verneinung*] gira em torno da estrutura de tais julgamentos de existência. Pois se julgamentos de existência são compreendidos sob a forma do reencontro, se eles são estruturas gramaticais que permitem ao sujeito procurar aproximar representação mental e objeto percebido, uma negação [*Verneinung*] indica situações paradoxais nas quais o sujeito procura, ao contrário, deliberadamente afastar representação e objeto, mesmo sabendo que, do ponto de vista do desejo, um é a verdade do outro.

A boa pergunta aqui é: por que isso ocorre? Poderíamos dizer que fatos como esse ocorrem devido ao peso da censura e da repressão. Se levarmos em conta um dos exemplos presentes no texto freudiano, poderíamos dizer, por exemplo, que a censura ligada à lei social do incesto leva o sujeito a tentar afastar o reconhecimento da adequação entre “essa mulher” que apareceu como representação mental onírica e “minha mãe” como objeto percebido. Assim, se Freud afirma que a aceitação intelectual ocorre sem abrir as portas para a aceitação afetiva, seria porque o peso da censura e da repressão deixaria sempre suas marcas.

Mas conhecemos outra maneira de pensar o problema. Haveria realmente algo de inadequado no objeto percebido, daí por que o sujeito se serve de uma negação. Mas tal inadequação não diz respeito à direção para a qual a

representação onírica aponta. De fato, ela se direciona ao objeto proposto por Freud. No entanto, o objeto é apenas uma ocasião para reapresentar algo que está abaixo dele. É uma ocasião para, através da negação, retornar ao que foi “expulso para fora de si”. Algo, que não é a mãe, retorna sob a figura da mãe. Algo que não é o desejo de agressão contra o analista retorna sob a forma do desejo de agressão contra o analista. Através da negação, o sujeito diz duas coisas. Ele diz qual o objeto imediato de seu desejo; por isso ele afirma algo. Mas ele diz também que tal objeto lhe apareceu como desejante apenas por ter permitido que algo de radicalmente heterogêneo encontrasse uma forma de se manifestar em sua fala; por isso ele nega algo.

Nesse sentido, o objeto, de uma maneira paradoxal, *é e não é* adequado a um julgamento de existência. *Ele é adequado* por indicar a direção para onde a fala do paciente aponta. *Ele é inadequado* porque tal direção não é a última estação de seu desejo. O objeto é, de certa forma, uma astúcia para que algo de profundamente perturbador retorne, respeitando certa distância.

Por isso, a interpretação da negação [*Verneinung*] através de sua passagem no oposto, ou seja, através do desvelamento de suas relações implícitas, mesmo que signifique a “plena aceitação intelectual do recalcado”, não equivale à superação [*Aufhebung*] do “processo de recalque”. E, se Freud pode afirmar que o símbolo de negação permite um “primeiro grau de independência” do pensamento em relação às consequências do recalque e das restrições impostas pelo princípio do prazer, é porque ele é a maneira inicial através da qual o que quebra as exigências do Eu-prazer originário retorna.

## Comer miolos frescos depois da análise

Se essa interpretação for correta, não se interpreta uma negação simplesmente fazendo-a passar em seu oposto, e esse é com certeza um dos ensinamentos mais produtivos da interpretação lacaniana do texto de Freud. Tomemos um exemplo que Lacan traz à clínica de Ernst Kris. É com ele que Lacan termina sua resposta ao comentário, feito por Jean Hyppolite, sobre o texto freudiano.

Trata-se de uma vinheta clínica apresentada por Kris a respeito de um jovem cientista incapaz de publicar suas pesquisas. Tal impossibilidade é derivada de uma compulsão, que ele julga ter, ao plágio. Assim, encontramos um paciente que organiza sua posição subjetiva a partir da proposição: “Eu não posso publicar o que escrevo, pois no fundo sou um plagiador”. Ela não deixa de ressoar seu comportamento, na juventude, de pequenos furtos de livros e doces. Ela não deixa, também, de colocar em cena um modo de relação intersubjetiva por comparação que remete às relações com seu pai e seu avô, um “grande pai” [*grandfather*] que realizou o sucesso que o pai não foi capaz de alcançar.

Um dia, o paciente chega à sessão analítica afirmando ter encontrado um livro que contém as ideias dos textos que escrevera, mesmo sem publicar. Kris intervém pedindo para ler o livro. O que ele faz, concluindo não haver nada do que o paciente temia. Ao contrário, dirá Kris, o paciente projetava no outro ideias que ele gostaria de ter. Isso permite a Kris inverter a proposição do paciente, fazendo-a passar em seu oposto através de uma afirmação como: “Você pode publicar o que escrever, pois não é um plagiador. Na verdade, você sofre da deformação de atribuir aos outros suas próprias ideias”. Ou seja, é a estrutura das passagens no oposto próprias à negação [*Verneinung*] que aparece claramente aqui.

Ela permite a Kris intervir no nível da “apreciação da realidade”, tentando levar o paciente a aceitar que: “sempre lidamos com as ideias dos outros; trata-se de uma questão de saber como lidar com elas”. Ao apresentar sua interpretação, Kris ouve do paciente a seguinte resposta: “Sempre quando minha sessão de análise termina, um pouco antes do almoço, eu gosto de passear por uma rua onde encontro um restaurante que oferece um de meus pratos preferidos: miolos frescos”.

Lacan dirá que tal resposta expõe, na verdade, o fracasso da intervenção de Kris. Pois, mesmo que a análise de Kris não estivesse incorreta, falta analisar o desejo de “comer miolos frescos”. Pouco importa se ele é ou não plagiário, mas é certo que seu desejo de plágio é algo de estruturador e intransponível. Isso leva Lacan a insistir que há uma relação oral primordial e bruta através da qual o sujeito tece suas identificações. Essa relação, não por acaso, aparece bloqueando uma dimensão essencial do reconhecimento linguisticamente estruturado, a saber, a dimensão da “publicação”, do tornar-se público, do assumir para o Outro a forma de suas ideias. Pois tal relação oral tem algo, para esse sujeito, de não inscriível em uma forma reconhecida. Ela simplesmente não pode ter uma forma reconhecida. Dela, o Eu “nada quer saber”, pois é ela o que foi “expulso para fora de si” como radicalmente para além dos limites do princípio do prazer.

Por isso, a única forma possível de reconhecimento aparece através “de um ato totalmente incompreendido do sujeito”.<sup>[11]</sup> Um *acting out* que ele repete, como se traduzisse em forma imaginária aquilo que deveria ser capaz de apreender de forma simbólica. Mas depois da intervenção do analista, com sua inversão onde o sujeito encontra no outro aquilo que ele projetara, só restou a produção do *acting out*. Pois ele indica,

principalmente, a pobreza da linguagem simbólica que se constitui na situação analítica ou, se quisermos, a pobreza da linguagem usada pelo analista para interpretar as produções do analisando.

Que o “não” do paciente, ao dizer “eu não posso publicar, eu não sou alguém que possa publicar suas próprias ideias”, seja invertido pelo analista em uma afirmação do tipo “você pode publicar, nossas ideias sempre vêm de outros”, isso significa uma espécie de bloqueio na escuta mais precisa desse “não”. Não foi possível ouvir como tal negação era mais brutal, pois pedia o desenvolvimento de uma experiência com a linguagem na qual a confusão das relações profundamente orais pudesse vir à tona e encontrar uma forma. O que era impossível no interior de um uso da linguagem marcada pelas fronteiras individualizadas de quem se sente, a todo momento, entrando indevidamente no domínio de um outro, sendo desmascarado como um plagiador. O que demonstra como compreender o que se procura produzir, quando se nega, exige mais do que uma escuta de superfície.

---

1 A bibliografia sobre o problema do estatuto das negações em psicanálise é bastante extensa, mas poderíamos lembrar aqui alguns bons textos como de Monique David-Ménard, “La Négation comme sortie de l’ontologie”. *Revue de Métaphysique et Morale*, n. 30, 2001-02; André Green, *Le Travail du négatif*. Paris: Minuit, 1993; Pierre Macherey, “Le Leurre hégélien: Lacan lecteur de Hegel”. *Bloc-notes de la psychanalyse*, n. 5, 1985. Procurei desenvolver o problema especialmente no primeiro capítulo de meu livro *Apaixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

2 A esse respeito: “Faz-se necessário compreender que o estatuto do negativo apresenta esta particularidade de ser, ao mesmo tempo, o avesso do positivo, conotação de um tipo de valência contrária ao que é primeiramente afirmado, mas que ele é também revelação de um ser radicalmente outro que este do positivo, de tal maneira que a apreensão deste através dos meios que lhe são apropriados nunca esgotará sua natureza”. A. Green, op. cit., p. 59.

3 Jean Hyppolite, “Commentaire de Jean Hyppolite sur la ‘Verneinung’”, in Jacques Lacan, *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p. 881.

4 Id., ibid., p. 886.

5 Ver, sobretudo, Karl Popper, *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

6 Id., ibid., p. 3.

7 V. Safatle, op. cit.

8 Cf. Aristóteles, *Metafísica*, livro G, 2, 1004a, 20.

9 Aristóteles dirá que: “De duas séries de contrários, uma é a privação da outra” (id., ibid., 1004b, 25), isso após ter distinguido negação e privação: “A negação é ausência da coisa em questão, enquanto, na privação, há também, subsistindo em um sujeito, uma natureza particular cuja privação é afirmada” (id., ibid., 1004a, 10).

10 M. David-Ménard, op. cit., p. 59.

11 J. Lacan, op. cit., p. 398.







## Entrevista de Newton da Costa para Márcio Peter de Souza Leite e Oscar Cesarotto

### Motivos

NEWTON DA COSTA Comecei a me preocupar com a lógica paraconsistente, basicamente, por três motivos. O primeiro foi que, desde jovem, tive vários problemas de natureza psicológica, e sendo meu avô psiquiatra e minha mãe uma grande admiradora de Freud, naturalmente fui levado à teoria de Freud, para ver se conseguia me “curar”. Em particular, eu me interessei muito por seus discípulos, principalmente Franz Alexander, cuja teoria conheço relativamente bem e procurei empregar para me “autocurar”. Além disso, depois, muitos anos depois, estive durante dois anos em tratamento psicanalítico. Então, com essa experiência, comecei a ver que, no que posso chamar de discurso analítico, no sentido de diálogo entre a pessoa que está sendo psicanalisada e o psicanalista, evidentemente há contradições. Há contradições em sonhos. Eu cansei de ter sonhos, se bem me lembro, que eram evidentemente contraditórios. Ouvia coisas e fazia coisas que eram contraditórias. Então, pensei cá comigo, também com base em alguns textos de Freud: é possível formalizar tal discurso?

O segundo motivo que me levou aos estudos sobre paraconsistência foram minhas preocupações com o socialismo, especialmente com Marx. Sempre gostei muito dele, embora não o aceite *in totum*; hoje em dia estou meio afastado de Marx, mas a filosofia marxista, pelo menos em algumas de suas interpretações, admite a existência de

contradições. Aparentemente, algumas interpretações de Hegel também.

E por essas e outras razões, isto é, para ver se era possível, de algum modo, codificar, formalizar, alguns aspectos do pensamento dialético, foi que me preocupei com a paraconsistência. Não tanto que eu quisesse legitimar o pensamento dialético através de uma nova lógica, mas simplesmente para evitar raciocínios do seguinte tipo: Popper, num artigo célebre, “*What is Dialectic?*”, diz que a dialética é impossível – se realmente ela contém contradições, como na lógica clássica não é possível haver contradição, quer dizer, se houver contradição, isso “trivializa” a teoria, logo, a dialética seria “trivial”.

Assim, poder-se-ia demonstrar a impossibilidade da dialética com base na lógica. Então, pensei que se conseguisse construir um novo tipo de lógica, que permitisse que as contradições fossem aceitas e não esbarrasse em trivialização, portanto seria possível que esse argumento de Popper não se aplicasse mais à dialética. Quer dizer, a dialética não poderia ser criticada do ponto de vista puramente lógico. Isso não legitima a dialética, simplesmente mostra que um argumento desse tipo contra a dialética não vinga.

E a terceira razão foi que, desde jovem, dediquei-me à matemática, estudando especialmente a teoria dos conjuntos e certas dificuldades que nela apareceram no começo do século e que se chamam antinomias cantorianas, ou paradoxos cantorianos, ou as contradições da teoria dos conjuntos. Pensei, então, que, ao invés de adotar uma solução para superar essas dificuldades, que consiste em se manter a lógica usual e, vamos dizer assim, mutilar grande parte da teoria dos conjuntos, por que não fazer ao contrário? Manter a teoria dos conjuntos com suas antinomias etc., desde que se modifique a

## Lógica subjacente.

Esses foram os três principais motivos que me levaram ao estudo sistemático da lógica paraconsistente. Repito: problemas de caráter psicológico, via psicanálise; problemas referentes à dialética; e problemas matemáticos de caráter extremamente técnico, sobre os quais não tem sentido entrar em detalhes aqui. Com o correr do tempo, tive que porfiar muito para poder desenvolver minhas ideias, pois elas eram demasiadamente heterodoxas.

## Lógica paraconsistente

NC Em uma das primeiras vezes que tentei fazer conferência sobre lógica paraconsistente numa universidade brasileira, sugeriram-me que o melhor seria não pronunciá-la, para não comprometer minha carreira! Acho que foi em 1953, em Curitiba. Havia um padre, que prezo muito, que me disse: *“Olha, acho melhor você cancelar a conferência, porque tenho a absoluta certeza de que você está ficando psicótico. Um indivíduo que vem me dizer que vai derrogar o princípio da não contradição tem que ser maluco”*.

E não foi só isso. Anos depois, um professor amigo meu convidou-me para fazer uma conferência numa das melhores universidades brasileiras, no Departamento de Matemática. Eu fui todo alegre, pensando: *“Bem, pelo menos talvez num grande centro eles me ouçam”*. No dia da conferência, o professor me procurou muito sem jeito: *“Lamentavelmente, não vai haver conferência; ela foi cancelada”*. *“Mas como, cancelada por quê?”*. Ele ficou ainda mais sem jeito, não queria dizer, mas depois desabafou: *“Meus colegas acham que não é possível uma lógica que não exclua contradições. Ou seja, não é possível uma teoria com contradições. Tudo isso não tem sentido, só um ignorante ou louco pode pensar nisso”*. Sistemáticamente, durante vários anos, fui tachado de

“diferente”.

MÁRCIO PETER Nessa época você já nomeava sua lógica de paraconsistente?

NC Não, eu a chamava “lógica para sistemas formais inconsistentes” ou “lógica para teorias inconsistentes”. Lógica paraconsistente foi uma expressão cunhada muito depois, creio que na década de 1970, quando cheguei à conclusão de que precisava arranjar um novo nome para essa nova lógica. Escrevi a um grande amigo meu, o professor Francisco Miró Onesada, um filósofo peruano, e pedi-lhe uma sugestão. Ele, então, me respondeu: “Há três possibilidades, segundo eu penso. A primeira seria dizer ‘metaconsistente’, além da consistência. Mas ‘meta’ já é muito usado em lógica e em matemática: metalógica, metamatemática etc. Não conviria. Outra seria ‘ultraconsistente’, mas tal denominação também acredito que não seja muito boa. A melhor mesmo talvez fosse ‘paraconsistente’: a lógica paraconsistente se situaria ao lado da lógica consistente”. Por coincidência, depois que esse termo foi cunhado, a lógica paraconsistente se desenvolveu extraordinariamente. Isso parece corroborar a tese de que é preciso batizar com um nome muito bom uma nova teoria, uma nova disciplina, para que ela progrida rapidamente.

OSCAR CESAROTTO Lacanianamente, diríamos que um significante abre caminhos.

NC Exatamente.

oc Foi necessária uma denominação para que isso tivesse reconhecimento de existência como discurso.

NC Na verdade, desde aquela época, uma das pessoas que mais contribuíram para divulgar a lógica paraconsistente foi um matemático francês, professor Marcel Guillaume, uma espécie de mestre meu. Por intermédio de amigos comuns, enviei-lhe

vários trabalhos sobre lógica paraconsistente. Se ele conseguisse publicá-los, eu continuaria trabalhando no tema; se não, desistiria. Ele se encantou com minhas ideias e várias notas minhas foram apresentadas à Academia de Ciências de Paris. É interessante que, depois que essas notas saíram na França, aqui em São Paulo e em outros lugares começaram a achar bom o que eu estava fazendo. É uma coisa estranha: com as notas eu poderia fazer o que quisesse, sem as notas, não.

### **A derrogação do princípio de não contradição**

**MP** Voltando à questão interna dessa lógica paraconsistente, a questão de derrogação do princípio de não contradição. Como se dá isso?

**NC** Na verdade, nem toda lógica paraconsistente derroga o princípio da não contradição. O princípio da não contradição poderia ser enunciado assim: dadas duas proposições, uma das quais é a negação da outra, uma delas é falsa. Na lógica paraconsistente, pode ocorrer que uma proposição e sua negação sejam ambas verdadeiras. Então, nessa forma, o princípio é derrogado em grande parte das lógicas paraconsistentes. Mas existem outros tipos de lógica paraconsistente. Recentemente, estive pensando numa coisa que Lacan escreveu e acho que, por causa disso, em alguns casos, a lógica paraconsistente que se aplica não é tanto essa que derroga diretamente a lei da contradição – é a lógica paraconsistente generalizada. Isto é, uma lógica é paraconsistente nesse sentido se nela for verdadeira uma tese incompatível com a lógica clássica.

### **Lógica do falo e paraconsistência**

nc Lacan tem aquelas conhecidas fórmulas lógicas do falo, inaceitáveis do prisma da lógica clássica. Elas não constituem propriamente uma verdade. Meio intuitivamente, ele desenvolveu uma lógica paraconsistente. Ou melhor, ele pelo menos enunciou alguns princípios tais que, com base neles, é possível desenvolver uma lógica paraconsistente. Não só em sentido estrito, que derroga a lei da não contradição, mas também no sentido amplo, com fórmulas e teoremas que são incompatíveis com a lógica clássica. As quatro fórmulas que ele escreveu não encerram nenhuma contradição; se você as adicionar à lógica clássica, trivializam tal lógica.

mp Eu havia entendido, dos nossos contatos anteriores, que, a partir da lógica paraconsistente, a lógica formal clássica seria um caso particular.

nc Em alguns tipos de lógica paraconsistente existem duas categorias de proposições: as que se “comportam bem” e as que se “comportam mal”. As que se comportam bem satisfazem a lógica clássica. As que se comportam mal, essas não satisfazem, derrogam algumas das leis da lógica clássica, por exemplo, a lei da não contradição. A lógica paraconsistente serve para que se consiga formalizar teorias que encerram contradição, ou, agora inspirando-me um pouco em Lacan, que contenham fórmulas, teoremas incompatíveis com a lógica clássica. Isto é, teorias que não possam ser trabalhadas, sistematizadas, pela lógica clássica. A lógica do falo de Lacan, como já afirmei, aparentemente é paraconsistente na segunda acepção acima.

## **Lacan precursor**

nc Fui levado a estender o conceito da lógica paraconsistente tendo em vista tais questões – num dos meus últimos trabalhos,

que vai ser publicado na Bélgica, Lacan é citado, inclusive. Tenho a impressão de que é um dos primeiros trabalhos de lógica de caráter técnico em que se cita o Lacan. Ele me inspirou. E não foi só essa parte de Lacan que me chamou a atenção. Ele também trata de derrogação da lei de identidade. Também tratei da lógica não reflexiva, ou lógica de Schrödinger, na qual não vale o princípio da identidade, no mesmo sentido em que na lógica paraconsistente não vale a lei da não contradição. E Lacan também fala em lógica intuicionista, que derroga a lei do terceiro excluído. Desenvolvi muito o que se chama lógica paracompleta, que é uma lógica que derroga esse princípio. A lógica intuicionista é um caso particular da lógica paracompleta. Assim, eu diria que Lacan, sob certos aspectos, foi um precursor não só da lógica paraconsistente, mas também da lógica não reflexiva e da lógica paracompleta em sentido amplo.

MP Você disse que Lacan, intuitivamente, haveria proposto a lógica paraconsistente. E você, como chegou à lógica paraconsistente? Houve um método intuitivo?

NC Houve uma maneira intuitiva, informal; acho que por trás de qualquer formalização tem que haver algo intuitivo, um background intuitivo. Agora, para poder expor essa ideia intuitiva subjacente, tive que ser muito técnico. Não acredito que pudesse explicar em poucas palavras o que me motivou. A maneira de formular, de escolher os axiomas, foi sempre levando em conta certas particularidades técnicas. A intuição subjacente era a de ter uma lógica que não eliminasse as contradições *a priori*. Mas realizar isso é uma coisa um pouco difícil. Popper, no artigo de que falei, sobre a dialética, asseverou que tinha pensado numa lógica que não eliminasse a contradição como absolutamente falsa, mas que depois de

muito pensar havia conseguido provar que tal lógica era impossível, ou demasiadamente fraca e, por isso, inútil. Portanto, Popper diz que provou a impossibilidade de uma coisa que eu fiz. Isso é interessante.

oc Ele quis fazer primeiro, aí continuou pensando e concluiu que não dava pé. Ele não conseguiu fazer.

nc Mais do que isso. Não somente disse que não conseguiu, mas disse que provou que era impossível. Desse modo, fiz uma coisa que ele provou que era impossível. Várias pessoas que têm grande admiração por Popper, um filósofo de quem gosto muito, sugeriram que eu enviasse meus trabalhos a ele. Várias vezes pensei nisso, mas, por uma razão ou por outra, acabei não enviando. Se Popper tivesse tempo de se sentar e estudar a lógica paraconsistente, gostaria de conhecer a opinião dele, e, principalmente, que verificasse que é possível se edificar uma lógica paraconsistente extremamente poderosa, mais poderosa que a lógica clássica. A matemática paraconsistente é muito mais forte que a matemática clássica. Vamos esquematizar assim: na matemática paraconsistente, existe uma parte bem-comportada que contém a matemática clássica e uma parte mal-comportada que contém muitas outras coisas. Alguns dos sistemas de lógica paraconsistente que formulei não derrubam a matemática clássica. Ao contrário, eles a contêm. Da mesma maneira que a teoria da relatividade não destruiu a mecânica de Newton, simplesmente a ampliou. A mecânica newtoniana continua valendo, mas com certas limitações.

## **Antecedentes e desenvolvimentos**

MP A lógica paraconsistente já tinha sido desenvolvida antes de suas pesquisas?

nc Eu poderia dizer que duas pessoas, praticamente ao mesmo



tempo, criaram a lógica paraconsistente. Um lógico polonês muito conhecido, Stanislaw Jaskowski, em 1948, e eu, sem conhecer o trabalho dele, por volta de 1953. Essa lógica teve como precursores um lógico russo chamado Nicolai A.

Vassíliev, que publicou alguns trabalhos em 1910 (como ele só conhecia a lógica tradicional, não pôde desenvolver suas concepções com os recursos da lógica moderna, permanecendo em nível muito rudimentar), e um lógico polonês célebre, Jan Lukasiewicz, que, em 1910 também, discutiu a possibilidade de uma lógica que derroga a lei da contradição. Mesmo com Aristóteles, aparentemente, já se tinha vislumbrado a possibilidade de tal lógica. Gostaria que isso fosse lembrado, porque prova que estou em boa companhia.

MP No momento atual, quais são os desenvolvimentos da lógica paraconsistente?

NC Hoje em dia ela está tão desenvolvida, que eu mesmo não consigo mais seguir sua evolução. Recebo tantos trabalhos sobre o tema que não é possível acompanhá-los. Mesmo que ficasse só estudando lógica paraconsistente, não conseguiria mais seguir todos os seus progressos. Não consigo mais seguir a literatura. O que fazem na União Soviética, na Polônia e em vários outros lugares, simplesmente não se pode mais acompanhar. E também já estou um pouco enjoado. Quero fazer outras coisas além de lógica paraconsistente. Já começo a ficar meio aborrecido quando vou a um lugar e logo me fazem indagações sobre a paraconsistência. Posso assessorar outras pessoas, como no caso de psicanalistas que me procuram, mas trabalhar sistematicamente na lógica paraconsistente não quero mais. Encontro-me numa fase da minha vida em que estou fazendo outras coisas.

## Lógica e conhecimento

oc Que outras coisas?

nc No momento, estou fundamentalmente interessado em filosofia da ciência, especialmente na teoria estrutural da ciência e na estatística. Quase todas as nossas inferências realmente importantes não são dedutivas, são indutivas. Então, agora, me interessa mais esse tipo de lógica. Mas, mesmo assim, acredito que recentemente consegui demonstrar uma coisa interessante: uma lógica indutiva não clássica, com características paraconsistentes.

Na lógica dedutiva, as conclusões seguem-se necessariamente das premissas. Na lógica indutiva, não: as premissas apenas acarretam a conclusão com alguma probabilidade. Por exemplo, verifico que o sr. a morre, e a sra. b morre, e a sra. c morre etc. Daí concluo que “Todo homem é mortal”. As premissas que tenho não me garantem que todo homem seja mortal, com necessidade, mas somente com certa dose de probabilidade. Agora estou interessado nas inferências indutivas. Tudo que poderia despendar para compreender a matemática e a lógica dedutiva, acho que já despendi. Quero, daqui para a frente, compreender o que se passa com a ciência empírica. O que é inferência científica? O que é a ciência?

Jamais estudei lógica e matemática pela lógica ou pela matemática. Sempre estudei lógica e matemática principalmente para compreender o fenômeno do conhecimento. O que se pode conhecer? O que significa conhecimento? Um amigo meu, professor Rolando Chuaqui, asseverou que sou um matemático aplicado à filosofia. Por exemplo, no caso da lógica paraconsistente, queria verificar, entre outras questões, se era possível uma concepção dialética da natureza e se, por motivos lógicos, poderia refutar a posição

dialética. Pode ser que a dialética seja falsa, mas não por motivos lógicos.

## **Lógica e matemática**

**MP** Qual é a relação entre lógica e matemática?

**NC** Lógica e matemática constituem uma mesma ciência.

Bertrand Russell costumava dizer que “a lógica é a juventude da matemática, e a matemática é a virilidade da lógica”. Mais ou menos o que penso é isso. Lógica e matemática são duas disciplinas irmãs. Os diversos ramos da lógica, como a lógica paraconsistente, podem ser estudados do ponto de vista matemático, como certo tipo de topologia etc. E, inversamente, as lógicas servem para fundamentar a matemática. A lógica funda a matemática e, ao mesmo tempo, a matemática pode ser usada para estudar a lógica. Isso é uma coisa linda e aparentemente paradoxal. Como é possível que a lógica sirva de fundamento para a matemática e, ao mesmo tempo, a matemática possa ser usada para resolver problemas profundos da lógica?

**MP** A lógica é anterior à matemática?

**NC** Eu responderia que sim e que não. Em certo sentido, sim; em outro sentido, não. Acho que não dá para separar a lógica da matemática. Você usa a matemática para fazer lógica, e usa a lógica para fazer matemática. Logo, poderia-se dizer que a lógica é a disciplina fundante da matemática: ela serve para fundamentar a matemática. Mas, por outro lado, a matemática dá instrumentos com os quais se podem demonstrar teoremas lógicos. Há um feedback: a matemática fecunda a lógica e a lógica fundamenta a matemática.

## **Lógica e psicanálise – a questão da formalização**

**MP** Quais seriam as possibilidades de articulação entre matemática e psicanálise? Como você veria a questão de uma lógica da psicanálise e / ou de uma psicanálise da lógica?

**NC** Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar um ponto fundamental: o que significa formalizar? Às vezes ouvimos que não é possível formalizar a dialética, que não é possível formalizar a linguística. Repito para os meus alunos, sistematicamente, que formalizar não significa colocar uma disciplina numa camisa de força.

Formalizar significa algo distinto. Suponhamos, por exemplo, que se vai visitar Paris. Para tanto é bom ter um guia de Paris. É claro que um guia de Paris não é Paris; mas um guia de Paris ajuda a conhecer Paris. Ou quando, por exemplo, se recebe uma fotografia de uma pessoa que se vai encontrar no aeroporto. A fotografia não é a pessoa, e não se pode confundir a pessoa com a fotografia. Mas ela contribui extraordinariamente para que se reconheça a pessoa. Com a formalização se passa algo semelhante ao caso do guia de Paris e ao da fotografia: a formalização, o formalismo por si mesmo, não resolve problema nenhum, em ciência nenhuma. Nem esgota toda a ciência. Mas ele é extremamente importante para servir como mapa, guia ou foto; existem mapas que cada vez se aproximam mais da realidade. Você pode ter uma fotografia de Paris lá do alto da Torre Eiffel, pode ter um mapa do Quartier Latin. Isso ajuda você, e mais do que isso: uma pessoa que tenha bons mapas e fotos de Paris de certo modo aprimora seu conhecimento de Paris. Ou que possua, por exemplo, um manual com a descrição do que há no Louvre. Aqui não se quer substituir o Louvre pelo manual, nem ele consegue captar tudo que está dentro do Louvre, mas auxilia.

No caso da psicanálise, quando falamos em aplicar a lógica na psicanálise, formalizar a psicanálise, o discurso analítico, não quer dizer que vamos pegar o discurso analítico e colocá-lo numa camisa de força de natureza formal e lógica. Não é isso. Na psicanálise devemos considerar o discurso analítico, isto é, o que um paciente conversa com o analista, e a teoria analítica, ou seja, a teoria desse discurso e o corpo de doutrina correspondente. No discurso, nessa troca de palavras, existem certas características gerais que podem ser captadas por uma lógica, mas isso não quer dizer que a lógica seja capaz de captar tudo. Ela ajuda; é como se tivéssemos um mapa de um país, ou um mapa de um metrô. Se um analista tem o mapa, não digo que ele vai resolver todos os problemas, mas ele realmente se orienta. Então, nessa acepção de formalismo, é claro que a lógica é extremamente importante para o psicanalista, porque ela formaliza, ela consegue dar o mapa de alguns aspectos do discurso analítico que são extremamente importantes.

## **Lógica do inconsciente, do discurso analítico**

### **e da teoria analítica**

NC Estou falando do discurso analítico como esse *interplay* linguístico que há entre o paciente e o analista. Nesse discurso, se a pessoa, por exemplo, descreve seus sonhos, começa a fazer associações, a falar, é evidente que há contradições; além disso, esse discurso é incompleto, e às vezes derroga outros princípios da lógica. Porém, há uma lógica subjacente. Repito, essa lógica não esgota tudo, e não vai ser a lógica matemática que vai curar todas as enfermidades do mundo, mas ajuda. E acho também

que na teoria psicanalítica – esse é um problema que não tenho meios para resolver no momento, nem conhecimento – talvez haja uma lógica subjacente, uma lógica da teoria analítica, que pode ser que seja a clássica, embora eu tenha minhas dúvidas a esse respeito. Se compreendi Lacan, tal lógica seria não clássica. Mas, seguramente, a lógica do inconsciente, ou a lógica que se manifesta nesse *interplay* entre o paciente e o analista, essa lógica informal pode ser formalizada por algum tipo de lógica paraconsistente.

**MP** Você se preocupa em definir o discurso analítico na sua acepção exata; creio que seria de utilidade para os analistas conhecer os alcances e os limites da palavra lógica.

**NC** Lógica é uma palavra que tem muitas acepções, é preciso tomar cuidado. Mas, da forma como eu a estou empregando aqui, lógica é, antes de mais nada, uma ciência, um corpo de doutrina. É a Lógica, com l maiúsculo. Porém, existem lógicas com l minúsculo, que são as estruturas estudadas na lógica. O que é uma lógica com letra minúscula? É exatamente uma estrutura linguístico-formal que nos permite definir certos conceitos, como inferência válida. Quais são as inferências válidas dentro da lógica clássica? Partimos de uma linguagem formal, formalizada, formulamos certos axiomas e regras, e conseguimos caracterizar essas inferências. No *interplay* analítico entre o paciente e o analista, isso não só se manifesta como uma linguagem: nessa linguagem está embutida uma lógica, uma estrutura linguístico-formal, que nos permite captar vários invariantes. Isso é uma lógica. Na Lógica investigam-se as várias lógicas. Naturalmente, esse é um conceito muito vago de lógica. No entanto, não gosto de definir a lógica, por exemplo, como a ciência das inferências válidas, porque a Lógica é muito mais do que isso. No tocante ao

discurso analítico, há certas inferências que podem ser captadas, podem ser formalizadas numa lógica, que é paraconsistente e paracompleta, e talvez derroque outras leis clássicas.

## Inconsciente e paraconsistência

MP Por que é paraconsistente?

NC Paraconsistente, entre outras razões, porque em vários dos casos que Freud analisa, cinco ou seis, se não me engano, em dois deles é absolutamente claro que há situações contraditórias. Mas em seu livro *Foundations of Psychoanalysis*, Alexander relata casos de contradições muito mais óbvias. É o próprio Alexander quem diz que o discurso analítico, entre o paciente e o analista, derroga as leis fundamentais da lógica. Ele menciona explicitamente a lei da identidade, a lei do terceiro excluído e a lei da contradição. Só que, não sendo lógico, não conhecendo bem a lógica, ele deixou tudo meio no ar.

Tenho a impressão de que o analista percebe que o paciente se coloca, várias vezes, em situações contraditórias. Eu mesmo tive muitos sonhos contraditórios: estava chorando, desesperado, e, ao mesmo tempo, estava extremamente alegre. Logo, estava triste (não alegre) e, ao mesmo tempo, estava alegre. E, por outro lado, via a mim mesmo no sonho. Eu me via alegre e triste, alegre e não alegre. Recordo-me de outro sonho, no qual vi minha mãe e me disse: “É minha mãe e não é minha mãe”. Naturalmente, pode-se sustentar que aqui não se trata de contradições efetivas, de conformidade com a lógica clássica. A semântica, por exemplo, parece diferente da clássica. Não nego isso. Na lógica paraconsistente, a semântica é diferente. Se essa semântica fosse igual à da lógica clássica,

ela não seria lógica paraconsistente, seria lógica clássica.

A objeção que se faz à lógica paraconsistente geralmente é esta: não se pode ter a e não a ao mesmo tempo, se utilizarmos as palavras em suas acepções usuais. Caso se esteja usando a negação clássica, é claro que não há contradições verdadeiras. O que sustento é que, na lógica paraconsistente, a negação é diferente. A negação paraconsistente não é a negação clássica. A negação para completa também não é a negação clássica. Se a negação paraconsistente fosse a clássica, a lógica paraconsistente seria a clássica; se a negação clássica fosse a paraconsistente, a lógica clássica seria a paraconsistente. A negação, como se manifesta num discurso analítico, é uma negação paraconsistente.

Acredito que mesmo nas coisas que as crianças dizem, às vezes, há contradição. O linguajar da criança é contraditório. Pode-se objetar que talvez isso se dê porque elas não dominam as categorias lógicas fundamentais. Não discuto isso. Mantenho apenas que as categorias lógicas que elas usam são mais paraconsistentes do que clássicas. Se você tentar reinterpretá-las, pode ser que um discurso analítico, um discurso paraconsistente, se transforme num clássico. Mas o xis da questão é: se eu, no sonho, estou e não estou triste, não posso asseverar que isso está errado, que minha negação não é negação porque não está de acordo com a lógica clássica. Parece mais correto admitir que minha negação não é clássica, é paraconsistente.

## **Inconsciente e negação**

MPA articulação entre a lógica paraconsistente e a formalização da lógica do inconsciente seria justamente o postulado freudiano de que o inconsciente não suporta contradição?



nc Eu diria apenas que, como o inconsciente está estruturado como uma linguagem, e essa linguagem tem uma lógica subjacente paraconsistente, na psicanálise é importante se tratar de lógica paraconsistente.

mp E há algum outro ponto de articulação entre a psicanálise e a lógica paraconsistente, a não ser o problema da negação?

nc Sim. Naturalmente, o problema da negação é um dos muitos problemas que podem aparecer. Especialmente dentro de outros textos de Lacan e de outros problemas relativos à psicanálise, poderíamos pensar em outras coisas como as modalidades deônticas, que podem aparecer no discurso analítico, tais como “eu devo fazer isso”, “isso é proibido” etc., ou na teoria psicanalítica, provavelmente possam ser de natureza distinta das da lógica clássica; poderiam relacionar-se com uma lógica deôntica paraconsistente etc. Aliás, convém tecer alguns comentários sobre a lógica paraconsistente deôntica.

Em ética existe o problema dos chamados dilemas morais. Um dilema moral é o seguinte: muitas vezes uma pessoa tem que realizar ou  $p$  ou não  $p$ , e tanto  $p$  como não  $p$  são proibidos. É o caso típico, por exemplo, de um homem que tenha uma amante. Depois de certo tempo, ele precisa resolver essa situação. Ou ele abandona a esposa, ou abandona a amante. Abandonar a esposa é proibido do ponto de vista ético, porque vai prejudicá-la, causar-lhe dano. Mas abandonar a amante também o é. Então, ele é obrigado a realizar alguma coisa que é proibida. Qualquer das duas possíveis saídas, ou abandonar a esposa ou a amante, vai criar o que se chama de dilema moral, porque ele é obrigado a fazer uma coisa que é proibida. Pois bem, se usarmos a lógica clássica, como lógica subjacente, não pode existir dilema moral. Ou seja, você pensa que é dilema

moral, mas não é. É que você não soube hierarquizar as suas necessidades deonticas. Não pode existir dilema moral, pois, se for proibido p e se for proibido a negação de p, isso causa problemas a nosso equilíbrio deontico, às vezes no sentido de que tudo é proibido. Aí sua ética colapsa.

Por isso, tive a ideia de mudar a lógica, usando uma lógica paraconsistente com base na lógica deontica. Com essa lógica paraconsistente é possível existirem dilemas morais ou deonticos. Uma lógica americana, a professora Ruth Barcan Marcus, dá exemplos concretos de dilemas morais, como o caso do aborto. Suponhamos que, como médico, você chegue à conclusão de que uma paciente tem que abortar, porque senão ela morre. Mas se você fizer o aborto, vai matar o feto, o que é proibido do ponto de vista moral, segundo certas éticas. E se você não fizer isso, a mulher vai morrer. Também é proibido.

Surge assim um dilema moral. Um padre poderia argumentar que o dilema ocorre por não sabermos quais são nossas obrigações morais. Deus quer que o filho nasça. É que não conhecemos a hierarquia perfeita das normas éticas. Portanto, não existe nenhum dilema moral: você tem que deixar a mulher morrer. Essa seria talvez a solução de um católico ortodoxo. Mas acho que isso não funciona. E não digo que com a lógica paraconsistente se possa provar que existem dilemas éticos. Não é isso. O que penso é que só por motivos lógicos não se consegue provar que não existem dilemas éticos. Mais ainda, creio que há dilemas éticos, como no caso do aborto, como no caso de um homem que tem uma amante. Por exemplo, Sartre defende a existência de dilemas morais, quando se refere ao patriota, um jovem que é arrimo de família: arrebenta a guerra e ele, ou vai para a guerra matar gente, o que é proibido, ou fica cuidando da mãe e não vai para a guerra, o que também é proibido, porque ele deve ajudar a

Pátria etc. Acredito que o problema dos dilemas morais tenha alguma conexão com a psicanálise.

oc Tem. Por exemplo, no Seminário xi, Lacan recria esse dilema em termos de “ou a bolsa ou a vida”. Que é mais ou menos a lógica da castração e do narcisismo, na saída de Édipo, para o sujeito masculino: pode optar por conservar o pênis e perder a mãe. Ou optar por ficar com a mãe, mas então perde o pênis. O dilema está aí. Ambas as soluções são péssimas e o sujeito não pode evitar uma delas.

nc Pois bem, nesse caso, se a lógica subjacente a isso for a clássica, vai tirar dessa conclusão do Oscar Cesarotto que tudo é proibido, mas isso é falso. Esse é um argumento a favor de tais dilemas. Acho que todos nós, psicanalistas e lógicos, temos teorias comuns extremamente interessantes, e deveríamos nos preocupar mais com elas. Principalmente, fazendo reuniões interdisciplinares entre psicanalistas e lógicos, como nós temos feito ultimamente lá na Biblioteca Freudiana Brasileira. Aprendi muito com essas reuniões.

## **Lógica Freud-Lacan**

MP Você chegou, inclusive, a formalizar um novo tipo de lógica, a lógica fl (Freud-Lacan).

nc Mas ainda não terminei de contestar a sua pergunta. Agora a aplicação da psicanálise à lógica.

MP A pergunta inicial era: há uma lógica da psicanálise e uma psicanálise da lógica? Qual a opção mais correta? Como você vê essa diferença entre lógica da psicanálise ou psicanálise da lógica? Essas posições não se invalidam mutuamente? Quer dizer, uma psicanálise da lógica não invalida uma lógica da psicanálise?

nc Creio que não. É exatamente uma situação similar à que

ocorre entre lógica e matemática. Aparentemente, parece que existe um paradoxo nas relações entre lógica e matemática. A lógica, sob certos aspectos, funda a matemática, e a matemática é usada para desenvolver a lógica. Acredito que aqui também se passa alguma coisa desse tipo. É evidente que existe uma lógica da psicanálise, em certo sentido. Todavia, por outro lado, também se pode tentar desenvolver uma psicanálise da lógica. Quando fui com Jorge Forbes ao Rio de Janeiro, recentemente, li um livrinho de um discípulo do Alexander, um húngaro, Imre Hermann, que tratava exatamente das relações entre lógica e psicanálise. Ele procurava mostrar como alguns princípios lógicos têm origem psicanalítica. O trabalho pareceu-me extremamente interessante, desbravando caminho. Origina-se, desse modo, uma situação interessante. A lógica serve para esclarecer aspectos da psicanálise, e a psicanálise pode ser aplicada para esclarecer, ou para explicar, certos aspectos da lógica. Essa é uma das aporias, das dificuldades que temos de enfrentar.

**MP** Poderia falar um pouco da lógica fl?

**NC** Poderia, mas acontece que esse tópico é demasiadamente técnico. Foi uma primeira aproximação. O que se procurou fazer foi exatamente apresentar uma primeira possibilidade, uma primeira tentativa de se codificar alguns aspectos formais do discurso analítico. A formalização foi apresentada, mas só há uma maneira de verificar se ela funciona ou não: na prática psicanalítica.

**JORGE FORBES** Mas ela já foi um pouco mudada.

**NC** Claro, mas insisto que, de qualquer forma, é uma primeira tentativa. E uma primeira tentativa pode estar errada, mas tem a virtude de ser a primeira. Como no caso dos irmãos Wright, quando tentaram fazer o primeiro avião. Voaram poucos

metros, porém iniciaram uma nova era de progressos.

**MP** Mas o que articula essa lógica?

**NC** Tendo-se em vista que, por exemplo, num discurso analítico, aparentemente há contradições e não é satisfeito também o princípio do terceiro excluído, o problema que tentei resolver foi exatamente o de se buscar os princípios lógicos válidos desse discurso e que sejam compatíveis com dois fatos básicos.

Primeiro fato: há contradição no discurso; segundo fato: em geral, o discurso não é completo. Muitas vezes, não posso dizer que uma proposição seja verdadeira ou que sua negação seja verdadeira. Pode acontecer que as duas sejam falsas no discurso, tendo em vista certos exemplos de análise, certas afirmações de Lacan e de Freud. Porém, isso não determina o sistema lógico. Com os dados que naquela época eu tinha, vários outros sistemas eram possíveis. Por tentativa e erro, cedo ou tarde, se conseguirá obter uma lógica que se aproxime da lógica verdadeira do discurso analítico.

## **Invariantes**

**MP** O que se quer obter?

**NC** Uma lógica que seja realmente a lógica que me dê alguns invariantes do discurso analítico. Que seja comum a todo discurso analítico. Qualquer que seja o analista, qualquer que seja o discurso, você constata que pode haver contradição. Essa circunstância é um invariante do discurso analítico, ao que tudo indica.

**oc** Há algo que é específico no agir do inconsciente, através até de um discurso que se pretende coerente. De repente, há incidências, alterações, aparecem contradições nesse discurso. Do ponto de vista da intencionalidade, função da consciência que decorre da estruturação a partir do estágio do espelho,

tende-se à coerência. Talvez o fundamento da lógica clássica surja daí.

O corpo ocupa um lugar no espaço; sua reflexão especular é a confirmação disso. Só que essa dimensão imaginária é superada pelo registro do inconsciente, onde o corpo se inscreve como significante, podendo ser representado das maneiras mais bizarras e contraditórias, até impossíveis. O que eu entendi, então, é a possibilidade de se articular tudo isso num sistema mais abrangente que a lógica clássica que, por exemplo, nesse caso, só daria conta de uma impossibilidade. Não Sim. Agora, se isso pode realmente ser feito, só pode ser feito com base “empírica”, como ocorre com a aplicação de uma teoria matemática. Suponhamos a mecânica racional de Newton; ela funcionava e funciona ainda em certas situações. Por quê? Porque as experiências estão mostrando. Faz-se o cálculo do movimento dos planetas, e dá certo. E só aos poucos constatamos que funciona. O mesmo se passa em psicanálise. É preciso encontrar esquemas lógicos e leis tais que o analista, quando estiver em seu trabalho, comece a verificar, e pensar se, de fato, o que o analisando está dizendo satisfaz essas leis ou não, se a lógica proposta funciona ou não. É, por exemplo, a lógica deôntica. Há várias, mas qual delas se aplica melhor à ética usual? Isso é uma coisa que somente a experiência, em sentido amplo, pode justificar.

Sistemas lógicos, de fundamento abstrato, puramente dedutivo e matemático, existem infinitos; mas qual é aquele que se aplica à realidade? Aliás, lembrei-me de uma boa comparação. Existem várias geometrias possíveis, além da euclidiana: existe a geometria de Lobachewski, na qual, dada uma reta, passam infinitas paralelas a essa reta; existem as geometrias dos espaços de Riemann, nas quais por um ponto

fora de uma reta pode não passar nenhuma paralela a essa reta.

Qual dessas geometrias se aplica melhor à realidade? Todo mundo sempre pensou que a de Euclides se aplicasse melhor. E, de fato, para as coisas comuns, por exemplo, para levantamentos topográficos, ela é aceitável. Agora, sabe-se que, para grandes concentrações de massa e para regiões muito grandes do universo, a geometria que se aplica melhor é a de Riemann. Isso é consequência da teoria da relatividade. Logo, o problema tem que ser resolvido com base em considerações de caráter empírico, pela experiência. Por tal método, parece possível constatar que a regra de *modus ponens* (das proposições “Se a, logo b”, e “a”, conclui-se “b”) nem sempre vale no discurso analítico.

Gostaria de mencionar, no entanto, que, nos poucos contatos com pessoas psicóticas que tive, parece que elas não utilizam, como deveriam, a regra em apreço. Muitas vezes tive a impressão de que um psicótico aceita que a implica b, aceita a, mas que aparentemente não é forçado a aceitar b.

MP É que b tem aí o valor de c.

NC Sem a regra de *modus ponens*, a lógica seria muito mais complicada. Um esquizofrênico que conheci parecia às vezes não tirar as consequências óbvias das premissas que admitia. Ele aceitava uma série de coisas, embora não deduzisse. Tenho a impressão de que a lógica de um psicótico é tão patológica que não permite que se tirem certas consequências óbvias.

### **A matemática de Lacan – o nó borromeano**

MP Qual a sua opinião sobre a formalização “matemática” da psicanálise que Lacan tentou?

NC O que conheço de Lacan foi o que discuti com vocês,

principalmente com Jorge Forbes. Assim, o nó borromeano, quando Lacan faz aquela comparação do nó com as relações entre Imaginário, Real e Simbólico, é extraordinariamente fascinante, porque acho muito difícil, em linguagem comum, conseguir fazer uma comparação tão bonita e fecunda. Porém, tirar da topologia dessa figura alguma consequência fundamental para a psicanálise, tenho as minhas dúvidas. Mas, como valor heurístico, acho a comparação absolutamente genial. Até gostaria de saber se Lacan tinha algum amigo matemático. Como foi que ele tomou contato com essas coisas? oc É interessante que, vinte anos antes de ter na mão o nó borromeano, ele já falava que esses três registros estavam amarrados com um nó.

nc Então, ele já falava sem conhecer o nó. E depois, quando o viu, foi que se deu conta da analogia...

oc Conta-se, sem muita certeza de verdade, que ele teria encontrado o nó no brasão de uma família da nobreza. A partir desse momento heurístico, a partir do momento em que concretizou esse achado, ele pretendeu ir um pouco além, entrando no que chamava de Real. Real, terceira dimensão, aquilo que ex-siste, porque cada vez que se fizer a mesma coisa com três fios, vai acontecer aquilo, o nó. Continuando por aí, estabeleceu a relação do Real com a matemática. Além de colocar, inclusive, que teria gostado muito de ser matemático. Então, a nossa pergunta seria a seguinte: como você acha que Lacan utilizou os elementos da matemática, de maneira adequada, correta, para dar conta de uma teoria que é psicanalítica?

nc Penso, até onde li e até onde percebi, que a principal razão para fazer essa aplicação de Lacan é heurística. Quer dizer, precisamos de imagens, precisamos de certos conteúdos



geométricos ou matemáticos que nos esclareçam, de maneira intuitiva e bonita, certas situações. Todavia, até que ponto, dessas elucubrações matemáticas, se possa tirar consequências para a psicanálise, isso dependeria de saber até que ponto essas elucubrações refletem o “formalismo” nas situações que elas iluminam. É evidente, por exemplo, que a fita de Moebius esclarece várias coisas em psicanálise. Não tanto em matemática, onde é algo trivial. Quando certas situações em psicanálise são comparadas com a fita de Moebius, isto nos esclarece. Porém, até que ponto a topologia, a geometria da fita de Moebius contribui para se desenvolver um tema psicanalítico, aí dependeria de saber até que ponto essa configuração geométrica traduz ou representa a situação analítica. Quanto mais ela a representar, mais haverá possibilidade de se raciocinar geometricamente, tirar consequência importante para a psicanálise.

No começo, eu achava essas comparações puro jogo verbal. Depois de alguma reflexão, cheguei à conclusão de que essa é uma das maneiras mais fecundas de elucidar, de precisar um fato, uma situação. Por exemplo, o nó borromeano: quando entendi qual era o problema, que de fato o Real, o Imaginário e o Simbólico estavam amarrados de tal jeito que o nó refletia melhor do que qualquer explicação, percebi sua relevância heurística. Porém, se da teoria matemática se pode tirar consequências psicanalíticas, não tenho certeza.

## O matema

**MP** O que você acha do conceito de matema? Não é um conceito matemático?

**NC** Eu preferiria que você falasse como você conceitua o matema. Depois eu respondo.

**MP** É uma criação, um neologismo de Lacan, provavelmente baseado no conceito de mitema de Lévi-Strauss, no qual se procura uma unidade mínima que dê conta de uma estrutura. **oc** E cuja transmissão fosse a mais “objetiva” possível, como sendo uma formalização de uma invariável.

**nc** Como já disse uma vez a vocês, suspendo o meu juízo no momento. Porém, uma coisa importante tem sido sempre buscar invariantes. Então isso, provavelmente, vai ter um grande significado, no futuro. No momento, talvez por deficiência minha, principalmente na teoria de Lacan, não saberia o que dizer. Precisaria conhecer a teoria mais profundamente, ver qual é de fato o significado de matema, como ele se comporta, quais as suas propriedades, para poder dar uma resposta mais sensata.

**MP** Você acha possível operar com os matemas?

**nc** Por que não? Talvez até pudéssemos definir uma estrutura matemática diferente das usuais. O que acho – no começo não achava, mas cada vez acho mais – é que todas essas comparações são extremamente interessantes como motivações heurísticas. No entanto, motivações heurísticas podem ficar só nas motivações heurísticas, sem que se possa desenvolvê-las com maiores detalhes, com maior profundidade. Talvez se consiga alguma coisa importante.

Tenho a impressão, por outro lado, de que algumas coisas que Lacan fez estão muito no começo. Será preciso um exército de pessoas para realmente desenvolver todas as suas ideias. E isso não pode ser realizado por um matemático ou por um psicanalista. É preciso ser efetivado por um grupo de pessoas, linguistas, lógicos etc., muita gente em conjunto. Uma das facetas interessantes dessa revista *Série Psicanalítica* é exatamente o caráter interdisciplinar da tarefa a que ela se

propõe. A psicanálise chegou a tal ponto, principalmente depois de Lacan, envolve tantas coisas, tais como a linguística, matemática e lógica, que é absolutamente necessário haver colaboração. Um dos corolários mais notáveis da obra de Lacan foi o de que a partir dele a psicanálise se “socializou”, em certo sentido. Ou seja, não é possível mais fazer psicanálise ficando-se isolado. Torna-se necessário um trabalho de equipe, sem dúvida nenhuma; de agora em diante é preciso, sempre que houver um grupo de psicanalistas, que ele seja auxiliado por linguistas, matemáticos e lógicos etc.

## O Teorema de Gödel

MP Isso me lembra uma questão mencionada pelos psicanalistas, uma referência obscura ao teorema de Gödel. Como você entende a vinculação desse teorema com a psicanálise?

NC Li um texto de Lacan no qual ele faz referência a Gödel. Não me lembro exatamente de qual foi o texto – tratava-se do Seminário “A Lógica do Fantasma e Ciência e Verdade” – porque era bastante complicado. No começo, achei que não fazia sentido algum, mas depois de alguma reflexão pareceu-me sensato mencioná-lo no contexto da psicanálise, como artifício heurístico e analógico. O teorema de Gödel tem um valor heurístico extraordinário. Ele reflete bem o que aparentemente acontece com certos conceitos lacanianos, nos quais há uma espécie de incompletude e de autorreferência. O teorema de Gödel é extremamente complicado, técnico; é o teorema matemático a que talvez, neste século, mais se faz referência sem que se conheça bem o seu significado.

Ele é um teorema puramente aritmético, sobre o qual se afirmam as coisas mais insensatas. Estou cansado de ouvir

tantas barbaridades a respeito desse teorema.

Surpreendentemente, no caso de Lacan, no começo fiquei receoso e não gostei, mas pouco a pouco cheguei à conclusão de que o que ele afirmava fazia sentido. No tocante a esse tópico, como em quase todas as outras referências de Lacan à matemática, pelo menos aquelas que eu li, todas ainda estão em embrião. Precisaria que se trabalhasse muito para desenvolver todo o tema. Somente depois é que se poderia dar um balanço definitivo das intuições matemáticas de Lacan.

### O tempo lógico

**MP** Uma das coisas que surgiram nas nossas conversas, em que você ficou de pensar, é a questão do tempo lógico. A questão da Lógica do tempo.

**NC** Esse foi um tópico no qual, honestamente, não pensei. Aliás, é algo que gostaria de estudar através do texto de Lacan, que andei folheando, mas achei extremamente difícil. É preciso fazer um seminário e discuti-lo.

**MP** Quais seriam as possíveis relações entre o tempo e a Lógica?

**NC** Atualmente, a relação é grande. Naturalmente, a lógica tradicional é atemporal.  $2 + 2 = 4$  não depende do tempo. Mas, recentemente, desenvolveu-se a lógica do tempo, a lógica cronológica, uma disciplina que os árabes, na Idade Média, tinham investigado extraordinariamente. Não sei bem se foi Avicena ou Averróis quem a desenvolveu muito. A lógica dos árabes era, aparentemente, uma lógica temporal, cronológica. O silogismo deles era um silogismo cronológico. Uma lógica bastante “temporalizada”.

Então, não vejo por que não se tentar amarrar mais ainda o tempo e a lógica. Mesmo porque a realidade é temporal e esse é um dos grandes paradoxos, uma das grandes dificuldades da

aplicação da matemática à realidade. A matemática é algo, pela sua própria constituição, atemporal. Você não diz que  $2 + 2 = 4$  hoje, e amanhã não. Todas as teorias matemáticas banem o tempo. Mas como é possível aplicar a matemática à natureza, se a natureza é essencialmente tempo e mudança? Como é que se pode aplicar conceitos absolutamente imutáveis a uma realidade que muda? No fundo, é um paradoxo. Você encontra uma dificuldade enorme em aplicar algo que bane o tempo a uma coisa absolutamente temporal. Não existe realidade sem tempo. No entanto, não sei bem se Lacan usa o tempo lógico na acepção da moderna lógica cronológica.

**MP** Não, é uma acepção de tempo que contradiz a acepção cronológica. É uma propriedade lógica. Nas articulações que ele faz com a topologia, diz que a relação entre a topologia e a prática é o tempo. Quer dizer, o número de movimentos para passar de uma figura a outra.

**NC** Isso pode ser interessante. No momento não saberia o que dizer a esse respeito. Ao fazer inferências, ao passar de uma situação para outra, há um certo tempo; parece que Lacan o chama de tempo lógico.

## **Perplexidade**

**MP** É como aquele joguinho de barbante, no qual sem certo número de movimentos não se chega a outra figura.

**NC** Isso deve ser interessante nas aplicações psicanalíticas, embora eu não saiba se, na própria lógica, seria ou não. É tópico para se estudar. Peço-lhes permissão para fazer algumas divagações. Do ponto de vista lógico puro, qual seria a importância dessa ideia de Lacan, que é muito fecunda, da derrogação da lei da identidade, da derrogação da lei da contradição e da derrogação do terceiro excluído? É uma ideia

de fundamental relevância para a lógica, como para a psicanálise. Mas é preciso que mais lógicos e matemáticos se interessem pelo tema, e mais analistas também. Que todos procurem se entender. Para uma pessoa que tem a minha formação, quando começo a falar com psicanalistas como vocês, fico meio perplexo. Custou-me muito entender o que diziam. Era como se estivesse escutando chinês ou japonês, no começo, quando ia às reuniões de vocês. Uma vez, brincando, comentei com alguém: “Eles passam tanto tempo com loucos que ficaram meio pancadas”. Mas aos poucos comecei a ver que não, que vocês diziam coisas assentadas, mais assentadas que eu, talvez. É uma barreira terrível. E ainda uma pessoa como Lacan, com aquele seu linguajar *sui generis*, para segui-lo é preciso uma dose extrema de simpatia. Se você não tiver uma dose muito grande de boa vontade, a primeira impressão é de que Lacan faz apenas malabarismos verbais.

A princípio, juro, fiquei desanimado. É por isso que um livro como o de vocês, o segundo, sobre Lacan, é muito bom. Torna tudo muito mais simples para quem o lê. De uma maneira absolutamente clara, sem aqueles exageros de Lacan, vocês conseguem mostrar que o verbalismo dele tem um sentido no contexto de suas indagações. Acho que obras de divulgação, principalmente nessa área, são absolutamente essenciais. Por isso fiquei contente com os livros de vocês. Li os dois no mesmo dia em que os recebi. Aí compreendi vários aspectos de Lacan e de sua obra. Só o fato de vocês fazerem com que uma pessoa, depois de ler aqueles livros, venha aproximar-se de Lacan, pensando que ele é “maluco”, já vale a pena. Carecemos de mais livros desse tipo.

**Visão profética**

oc Quero agora pegar um caminho quase tangencial ao que estamos falando. Uma palavra que você repetiu bastante foi “heurística”. Em relação à lógica paraconsistente, disse que foi fruto de um trabalho, e apontou suas três motivações iniciais. Muito bem: como foi, em termos heurísticos? Você teve uma ideia básica a partir da qual começou a trabalhar?

nc As três motivações mencionadas, pelas dificuldades que ofereciam, funcionaram como alavanca heurística para que eu elaborasse a lógica paraconsistente. Tive a intuição de que essa lógica era possível como que numa visão profética. Após essa visão, tratei de trabalhar e de resolver os problemas técnicos que apareceram. Passou-se comigo algo semelhante ao que ocorreu com Freud quando ele escreveu o livro *A interpretação dos sonhos*. Freud diz que lhe custou bastante redigir o livro. Ele estava absolutamente certo de como tudo era, teve uma “visão”, e depois sofreu muito para escrever a obra.

oc Por que você teve essa visão?

nc Essa é uma pergunta que eu não me propus. Francamente, talvez porque os outros fossem espíritos muito clássicos e eu sempre tenha sido uma pessoa “do contra”. Sempre tive certo prazer em desmistificar os “deuses”, por exemplo, a lógica clássica e a matemática clássica. Se pudesse provar que a matemática clássica está errada, ficaria extremamente contente. É interessante isso. Um dos lemas da minha vida sempre foi uma frase de Cantor, o criador da teoria dos conjuntos: “A essência da matemática radica na sua completa liberdade”. O intelectual, o cientista em particular, tem a obrigação de explorar todas as possibilidades. Então quis explorar todos os caminhos. No começo queria “destruir” a lógica clássica, depois vi que podia conviver com ela. Talvez isso tenha algo a ver com o complexo de Édipo...

**MP** A matemática tem algo de mulher?

**NC** Creio que sim, porque todas as coisas bonitas o têm. E o mesmo ocorre com a música. Aliás, o português e o espanhol são as únicas línguas vivas nas quais as três coisas mais formidáveis do mundo são denotadas por palavras que se iniciam pela mesma letra: mulher, música e matemática.

## **Música**

**oc** Qual a relação entre a música, a matemática e a lógica?

**NC** Embora conheça pouco, adoro música. Música e matemática, não sei se estão relacionadas ou não, mas, indiscutivelmente, gosto de ambas. De matemática eu gosto, em parte, como fonte de motivação estética. Há um matemático brasileiro, Amoroso Costa, que afirmou que “o valor supremo da matemática não radica no seu valor de verdade, nem no seu valor de utilidade, mas no seu valor de beleza”. Sempre estudei matemática motivado pela beleza de suas aplicações. De música, gosto muito porque ela também é bela. Acho que é exatamente esse denominador comum de beleza que liga muito a matemática à música. Talvez, se conhecesse mais a música, encontrasse outro tipo de relação. Mas, para mim, a matemática e a música são ambas fontes de beleza.

**oc** Outro dia foi o tricentenário de Bach, cujas músicas já foram colocadas em um computador.

**NC** E Bach parece mesmo um músico que compõe como se fosse um matemático, às vezes um computador... Aliás, sou um grande admirador dos três B: Bach, Beethoven e Brahms.

**oc** Creio que hoje não temos mais perguntas. Espero que esta entrevista não tenha sido em vão.



[Entrevista publicada em *Revirão*, n. 3, Rio de Janeiro, dez. 1985.  
Revista por Newton da Costa em dezembro de 2013.]

Em uma série de trabalhos brilhantes,<sup>[1]</sup> Arpad Szabo mostrou que a matemática grega tomou emprestada da dialética eleática a ideia de negação. Ainda que inverossímil, foi uma das escolas filosóficas mais especulativas a que forneceu à jovem matemática grega, em plena expansão, a ferramenta sistemática que lhe permitiu chegar ao seu método axiomático-dedutivo, que os *Elementos* de Euclides logo transformariam em paradigma de toda a racionalidade científica. Com efeito, graças à negação trazida de Eleia, a matemática grega pôde empregar em suas demonstrações o raciocínio pelo absurdo – em que momento fez isso pela primeira vez e se, além disso, empregou a regra da dupla negação, é outra questão –,<sup>[2]</sup> passando assim de uma etapa na qual elas se desenvolveram em uma pura positividade construtiva à fase madura, caracterizada pelo emprego de hipóteses que, por fim, resultam falsas.

Em uma época dominada pelo cientificismo, o fato de que a filosofia tenha sido a doadora, e a ciência, a receptora, nos parece algo insólito. A revolução nos fundamentos da matemática introduzida por Luitzen E. J. Brouwer no começo do século xx, graças, precisamente, à sua análise crítica da negação, ainda está fresca em nossa memória, e continua apontando direções para a pesquisa filosófica. Como Heinrich Scholz costumava dizer em seus cursos: não são nem Heidegger nem Sartre os verdadeiros renovadores da filosofia, mas sim Brouwer, porque somente ele atacou o bastião duas vezes milenar do platonismo: a concepção dos entes matemáticos

como coisas em si. Como vemos, o pensamento sistemático atual e a pesquisa histórico-filosófica mostram a insuficiência da imagem tradicional das relações entre ciência e filosofia.

Nesse sentido, a obra lógico-filosófica de Newton da Costa se parece com a de Brouwer. Com efeito, em ambos a negação tem papel fundamental, o qual, pelo que já dissemos, não nos causa estranheza. Em um movimento tipicamente kantiano, Brouwer concebe a verdade como resultado de uma demonstração, e a negação como resultado de uma refutação. Na mesma época, o último Frege obtinha a fundamentação mais profunda que conheço da lógica clássica, separando brutalmente gênese e estrutura,<sup>[3]</sup> e imputando a esta última a negação. Nessa perspectiva, a validade do *tertium non datur* acaba sendo trivial; para Brouwer, entretanto, esse princípio lógico afirma nada menos que a solubilidade de qualquer problema, ou seja, que todo problema será demonstrável ou refutável. E nessa interpretação brouweriana do *tertium non datur*, o princípio se revela uma extrapolação injustificada e apressada a todos os domínios do saber naquelas áreas, muito limitadas e modestas, das quais de fato possuímos uma onisciência totalizante: cada problema é demonstrável ou é refutável.

Assim como Brouwer atacou a idealização do terceiro excluído, Newton da Costa arremeteu contra a do *ex falso sequitur quodlibet*. Como se sabe, trata-se do princípio lógico que afirma que, a partir de uma contradição, podemos inferir qualquer enunciado. Se na justificação frequente desse princípio rastreamos seu fundamento último, nos encontraremos com a afirmação de que uma implicação é verdadeira tão logo seu antecedente seja falso. Essa é uma típica idealização da lógica teórica; o falante que, em uma situação concreta, enfrenta uma implicação com antecedente falso encolherá os ombros, dirá que esse caso não lhe interessa

etc. etc., mas jamais irá classificá-la como verdadeira. Essa extrapolação do *ex falso sequitur quodlibet* satisfaz o comportamento não reflexivo do falante. Por causa disso, trata-se de uma típica idealização lógica, cujo fundamento reside na simplicidade teórica que dessa sorte se obtém.<sup>[4]</sup>

Pois bem, Newton da Costa tentou, desde o começo, desmontar essa idealização da lógica teórica, conservando, entretanto, as outras propriedades, mais naturais, da implicação e da negação. O *ex falso sequitur quodlibet* viola, entre outras coisas, a exigência de homogeneidade entre premissas e conclusão que caracteriza o pensamento lógico natural; com efeito, se de algo falso se pode deduzir qualquer enunciado entre premissa e conclusão, não é preciso haver um vínculo semântico específico. Por esse caminho, Costa desenvolveu ideias similares à “lógica da relevância”, mas de forma completamente independente dela.

A noção fundamental de não-trivialização-finita permitiu a Costa formular suas ideias de uma maneira muito elegante. O *ex falso sequitur quodlibet* é um caso particular de trivialização finita: a partir de um único enunciado logicamente contraditório, se pode inferir a totalidade de enunciados de uma linguagem. A não-trivialização-finita generaliza a crítica do *ex falso sequitur quodlibet*, requerendo que nenhum subconjunto finito de enunciados de uma linguagem possa implicar a totalidade dos enunciados da linguagem. Claro que sempre haverá partes próprias do universo de enunciabilidade da linguagem que a implicam – por exemplo, aquela que se obtém eliminando todas as reiterações por conjunção –, mas o que a não-trivialização-finita exclui é que uma parte finita, e por isso mesmo própria, possa equivaler ao todo. Se comparamos o universo de enunciabilidade de uma linguagem a uma paisagem – e existem motivos fundamentais para fazê-lo

–, teremos que dizer que não se trata de uma paisagem montanhosa na qual, desde o alto, se pode avistar o todo; mas sim que se trata do pampa, que, segundo a fina observação de Borges, sempre se estende para além de qualquer horizonte real.

Em sua vertente filosófica, as pesquisas de Newton da Costa sobre os sistemas lógicos não-finitamente-trivializáveis – também chamados paraconsistentes –<sup>[5]</sup> se inscrevem na problemática geral de uma genealogia do lógico. Ou seja, a explicação de como, a partir da vida – e talvez contra ela –, foi se organizando todo esse âmbito variado que vai desde a significação linguística até o conceito científico, desde a regra social até o texto constitucional, desde o argumento intuitivo até a dedução formalizada.

Costa partiu, digamos assim, de uma das pontas. A demolição do objetivismo platônico de Frege, unida às possibilidades oferecidas pelos sistemas formais de seguir passo a passo, e em suas mais remotas dependências, a filiação das noções lógicas básicas, transformou a identidade hermética do em si lógico em uma imensa teia de aranha, em uma verdadeira prisão de Piranesi, na qual o espírito humano, aparentemente capturado e perdido, consegue, por fim, compreender sua própria verdade.

A filosofia acadêmica tradicional (Kant, Nietzsche, Bergson, os pragmáticos, Scheler etc.) atacou o problema de uma genealogia do lógico pelo outro extremo: a vida.<sup>[6]</sup> É uma pena que ambas as direções não se integrem; sobretudo se se leva em conta que a filosofia acadêmica tradicional trabalhou com conceitos inadequados do lógico. Nesse contexto, um exemplo é o trabalho de Sigmund Freud sobre “a negação”.<sup>[7]</sup>

A função do juízo – afirma Freud, seguindo as teorias da psicologia, da lógica e da filosofia de seu tempo – é afirmar ou

negar. Negar é o substituto intelectual da repressão: em vez de reprimir um conteúdo psíquico, que assim se torna inacessível de forma direta ao eu, este o classifica com o signo da negação. Assim sendo, “o pensamento”, diz Freud, “se libera das restrições da repressão e se enriquece com conteúdos dos quais não pode prescindir para realizar sua obra”. A negação está na metade do caminho entre a expulsão de um conteúdo da consciência temática e a plena assunção desse conteúdo pelo esclarecimento analítico exitoso. Essa sua ambiguidade entre consciente/inconsciente, irracional/racional, é o que lhe confere sua profunda significação antropológica.

No inconsciente, segundo Freud, não há negações: é – como diríamos hoje em dia, seguindo a terminologia de pesquisas lógicas similares às de Newton da Costa – um âmbito de pura positividade.<sup>[8]</sup> O eu vislumbra o inconsciente mediante giros negativos; ou seja, a tematização do inconsciente, tematização incompleta e distorcida, é um produto lógico-linguístico do eu, sendo a negação o veículo mediante o qual se realiza. A segunda etapa na constituição do inconsciente – a primeira é a repressão – procede *via negationis* (a semelhança com a teologia salta aos olhos). A negação, pois, na medida em que também tematiza o conteúdo negado, o extrai do anonimato da pura positividade do inconsciente. Mas, por outro lado, ao “classificá-lo”, não o assume em sua plenitude. Essa deverá ser a tarefa do esclarecimento analítico, se tiver êxito. Dessa forma, a análise alcança uma plena racionalidade, que a negação apenas esboça, mas que, de outra parte, desencadeia e põe em movimento. A via negativa da negação é seguida por uma via positiva, que Freud identifica, assim podemos supor, com as formas da racionalidade científica de sua época. O trabalho do espírito humano se desdobra na tríade repressão, negação, esclarecimento analítico.

Dito isso, salvo a sua genial interpretação do inconsciente como âmbito de pura positividade, Freud situa a negação em um contexto puramente local. E no entanto sua função global e estrutural salta imediatamente aos olhos. Tomemos um exemplo: a relação entre negação e culpa. A culpa é um caso particular de uma oposição entre um dever ser e um ser que o nega; não é estritamente uma contradição: o ser não nega – não pode fazê-lo – o dever ser, mas sim uma consequência prática dele. A psicanálise mostra como certas culpas, através de mecanismos repressivos – ou seja, de protoformas da negação –, são capazes de permeabilizar e tingir toda uma vida, marcando-a com sua onipresença. A experiência de culpa do jovem Rousseau em relação a Marion, relatada no final da segunda Confissão, é o exemplo literário mais impactante e cristalino.<sup>[9]</sup> O trabalho analítico encontra, diariamente, situações similares.

Assim como Newton da Costa, em seus sistemas lógicos mediante o princípio de não-trivialização-finita, logra restringir as consequências lógicas que podem ser extraídas de uma contradição – ou seja, sua capacidade de permeabilização de todo o universo de enunciabilidade –, Freud tenta determinar, no esclarecimento analítico, quais são as verdadeiras consequências de uma experiência traumática, ou, por exemplo, de uma culpa, para a totalidade de uma vida. Enquanto o neurótico e o lógico clássico, sujeitos à permeabilização universal e ao *ex falso sequitur quodlibet*, respectivamente, se comportam de maneira funcionalmente homóloga, Sigmund Freud e Newton da Costa querem alcançar uma forma de racionalidade que leve em conta a singularidade do individual. Da mesma forma que para Costa não há enunciados – nem conjuntos finitos deles – dos quais se possa deduzir a totalidade do universo de enunciabilidade, para

Freud, por mais profunda que seja a significação de uma experiência humana, esta não pode marcar o conteúdo total de uma vida. Eis aqui, tanto em Freud como em Costa, uma postura filosófica semelhante, que revela uma nova concepção das relações entre indivíduo e totalidade.

[Publicado na *Revista Latinoamericana de Filosofía*, v. IX, Buenos Aires, s/d, pp. 237-41, por ocasião da aposentadoria de Newton da Costa como professor do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo. Tradução de Livia Deorsola.]

---

1 / Cf. Arpad Szabo, *Anfänge der griechischen Mathematik*. Munique /Viena: R. Oldenbourg, 1969; id., “Greek Dialectics and Euclid’s Axiomates”, in Imre Lakatos, *Problems in the Philosophy of Mathematics*. Amsterdã: North-Holand, 1967.

2 / São as duas questões formuladas para Szabo por Abraham Robinson, depois de assistir à conferência citada na nota 1.

3 / Cf. Gottlob Frege, “Der Gedanke, eine logische Untersuchung”, in *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, t. 2, 1918-19, pp. 58-77.

4 / As obras de psicologia cognitiva falam pouco ou nada sobre o *ex falso sequitur quodlibet*. Veja-se o livro de Jean-Blaise Grize e Gilberte Piérait-Le Bonniec sobre a negação, que será publicado pela Presses Universitaires de France, e os trabalhos de Johnson-Laird e de Wason no livro *Psychology of Reasoning* (Londres, 1972) e em *Readings in Cognitive Science* (Cambridge, 1974), editado por ambos.

5 / Os livros de Newton da Costa *Introdução aos fundamentos da matemática* (São Paulo: Hucitec, 1977) e *Ensaio sobre os fundamentos da lógica* (São Paulo: Hucitec, 1980) desenvolvem suas ideias filosóficas básicas.



6 / Um bom resumo se encontra em Hans Kunz, *Die anthropologische Bedeutung der Phantasie*. Basel: Verlag für Recht und Gesellschaft, 1946, t. II, capítulo 2.

7 / Cf. Sigmund Freud, *Gesammelte Werke*. Londres: Imago, 1940, t. XIV, pp. 11-15.

Agradeço a Leon Rozitchner por ter resgatado do meu esquecimento essa pequena joia de Freud.

8 / Kant afirmou a primazia da positividade ante a negação; cf. *Crítica da razão pura*, B 603: “Todos os conceitos de negação são, assim, derivados...”. Brouwer retomou o problema em “Essentieel negatieve eigenschappen”. In *Indagationes Mathematicae*, v. 10, 1948, pp. 322-24.

9 / Cf. Jean-Jacques Rousseau, *Les Confessions, Œuvres complètes*, Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, t. i, pp. 84-87, e notas do editor, pp. 1272-74.

Rousseau descreve como a culpa – ele roubou uma pequena fita rosa e prata de Mlle. Pontal, na casa de Mme. De Vercellis, e acusou Marion, uma criada, de tê-lo feito – marcou toda a sua vida. “*J’en emportai les longs souvenirs du crime et l’insupportable poids des remords dont au bout de 40 ans ma conscience est encore chargée, et dont l’amer sentiment, loin de s’affaiblir, s’irrite à mesure que je vieillis.*” [Levo comigo as antigas lembranças do crime e o insuportável peso do remorso que, depois de quarenta anos, ainda pesa na minha consciência e cujo sentimento amargo, longe de arrefecer, se enfurece à medida que eu envelheço.]

## Índice onomástico<sup>[+]</sup>

**A**braham, Karl 9, 9n, 10, 12

Alexander, Franz 56, 71, 76

Aristóteles 43, 43n, 64

Averróis 85

Avicena 85

**B**ach, Johann Sebastian 89

Beethoven, Ludwig van 89

Bergson, Henri 95

Borges, Jorge Luis 94

Brahms, Johannes 89

Brouwer, Luitzen E. J. 91-92

**C**antor, Georg 88

Cesarotto, Oscar 56, 75

Chuaqui, Rolando 66

Costa, Amoroso 89

Costa, Newton da 56, 89, 91-94, 94n, 96, 98

**D**avid-Ménard, Monique 35n, 46, 47n

**E**uclides 79, 90

**F**orbes, Jorge 76, 80

Frege, Gottlob 92, 92n, 94

Freud, Sigmund 9-13, 9-12n, 18n, 22n, 24n, 26n, 28n, 35-42, 39-

40, 42, 44-50, 56, 71, 75, 77, 88, 95-97, 95n, 98

**Gödel, Kurt** 84

Green, André 35n, 37n

Grize, Jean-Blaise 93n

Guillaume, Marcel 60

**Hegel, Georg W. F.** 20n, 35n, 39-40, 43-44, 57

Heidegger, Martin 91

Hermann, Imre 76

Hyppolite, Jean 34, 35, 39-40, 40n, 50

**Jaskowski, Stanislaw** 64

Johnson-Laird, Philip 93n

**Kant, Immanuel** 91, 95, 96n

Kris, Ernst 50-52

Kunz, Hans 95n

**Lacan, Jacques** 9n, 35, 35n, 37, 40, 40n, 47, 50, 52, 52n, 61-63, 69, 73, 75, 77, 80-87

Lakatos, Imre 90n

Laplanche, Jean 18n, 22n

Lévi-Strauss, Claude 82

Lobachewski, Nicolai 79

Lukasiewicz, Jan 64

**Macherey, Pierre** 35n

Marcus, Ruth Barcan 74

Marx, Karl 57

Newton, Isaac 64, 78

Nietzsche, Friedrich 95

Onesada, Francisco Miró 59

Piéraut-Le Bonniec, Gilberte 93n

Piranesi, Giovanni Battista 95

Platão 91, 94

Pontalis, Jean-Bertrand 18n

Popper, Karl 41, 41n, 42, 57, 63

Riemann, Bernhard 79

Robinson, Abraham 91n

Rousseau, Jean-Jacques 97, 97n

Russell, Bertrand 66

Salomé, Lou-Andreas 11, 12n

Sartre, Jean-Paul 74, 91

Scheler, Max 95

Scholz, Heinrich 91

Schrödinger, Erwin 62

Strachey, James 13n, 18n

Szabo, Arpad 90, 90-91n

Vassíliev, Nicolai A. 64

Wason, Peter Cathcart 93n

Wright, Orville 77

Wright, Wilbur 77

Zenão de Eleia 90

---

+ A numeração dos *links*, neste índice, corresponde à paginação da edição impressa do mesmo título.

Optamos por mantê-la apenas como referência, já que ela na verdade varia conforme a plataforma digital de leitura que se utilize.

# Do mesmo autor

## Luto e melancolia

[*ed. impressa*] | [*ed. digital*]

*Clique aqui e conheça outros títulos de psicanálise da Cosac Naify*

© Cosac Naify, 2014, e-book, 2014

Coordenação editorial MILTON OHATA

Assistência editorial LIVIA LIMA

Preparação PAULO PIROZELLI

Revisão ISABEL JORGE CURY, RAFAELA BIFF CERA

Projeto gráfico ELAINE RAMOS, MARIA CAROLINA SAMPAIO

Capa e composição PAULO ANDRÉ CHAGAS

Produção gráfica ALINE VALLI

Adaptação e coordenação digital ANTONIO HERMIDA

Produção de ePub FABIANJ. TONACK

1ª edição eletrônica, 2014

*Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Freud, Sigmund [1856-1939]

A negação: Sigmund Freud

Título original: *Die Verneinung*

Tradução: Marilene Carone

São Paulo: Cosac Naify, ano corrente

ISBN 978-85-405-0669-5

1. Psicanálise – Ensaaios I. Carone, Marilene II. Título

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicanálise – Ensaaios: 155.937

---



COSAC NAIFY  
rua General Jardim, 770, 2º andar  
01223-010 São Paulo SP  
cosacnaify.com.br [11] 3218 1444  
atendimento ao professor [11] 3823 6560  
professor@cosacnaify.com.br



Este e-book foi projetado e desenvolvido em março de 2014, com base na 1ª edição impressa, de 2014.

fontes NEUTRAFACE, ARNHEM  
softwares ADOBE INDESIGN e SIGIL

Capa

INTRODUÇÃO

UM CLARO ENIGMA DE FREUD / Marilene Carone

A NEGAÇÃO

POSFÁCIO

AQUELE QUE DIZ “NÃO”: SOBRE UM MODO PECULIAR  
DE FALAR DE SI / Vladimir Safatle

APÊNDICES

PSICANÁLISE, DIALÉTICA E LÓGICA PARACONSISTENTE/  
Newton da Costa

A NEGAÇÃO E A LÓGICA PARACONSISTENTE – ALGUMAS  
OBSERVAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA DA LÓGICA DE  
NEWTON C. A. DA COSTA / Andrés R. Raggio

Índice onomástico

Outras obras

Créditos

Redes Sociais

Colofão